



MARIA DE LOURDES CORSINO PERES



**IMAGINÁRIO, PAISAGENS E
URBANIZAÇÃO EM GOIÂNIA:**

Os Parques Vaca Brava e Flamboyant

**Dissertação de Mestrado
Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial**

GOIÂNIA
2009



MARIA DE LOURDES CORSINO PERES



IMAGINÁRIO, PAISAGENS E URBANIZAÇÃO EM GOIÂNIA:

Os Parques Vaca Brava e Flamboyant

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa

GOIÂNIA
2009

MARIA DE LOURDES CORSINO PERES

**IMAGINÁRIO, PAISAGENS E
URBANIZAÇÃO EM GOIÂNIA:**

Os Parques Vaca Brava e Flamboyant

Dissertação defendida e aprovada em _____ de _____ de _____,
pela Banca Examinadora constituída pelos professores.

Prof. Dr. Prof. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa
Presidente da Banca

Prof. Dr.

Prof. Dra.

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender as relações entre imaginário, paisagem e urbanização, tendo como objeto de estudo dois parques municipais de Goiânia; o Vaca Brava e o Flamboyant. Os Parques urbanos são fenômenos que vem aumentando no mundo, em Goiânia foram criadas mais de 20 unidades nos últimos dez anos e hoje a criação dos mesmos já aparece como parâmetro urbanístico. A escolha dos dois parques tem como fundamento a reprodução da natureza no espaço urbano ao serem transformados em mercadoria no intuito de contemplação; a busca do bucólico, do verde, da água, para agregar valor a imóveis de luxo erguidos nas suas margens por grandes empreiteiras. A pesquisa tem como principal base teórica Gaston Bachelard, Anne Cauquelin e Gilbert Durant.

Palavras Chave: Paisagem, imaginário e urbanização

ABSTRACT

This research attempts to understand the relationship between imagination, landscape and urbanization, having two municipal parks in Goiânia as object of study, the Vaca Brava and Flamboyant. The urban parks are phenomenon that is increasing around the world. In Goiânia were created more than 20 units in the last ten years and today their creation appears as a planning parameter. The choice of these two parks is based on the reproduction of nature in the urban area to be transformed into goods for the purpose of contemplation, the search of the bucolic, the green, water, to add value to the luxury buildings erected on their sides by large contractors. The research's main theoretical basis Gaston Bachelard, Anne Cauquelin and Gilbert Durant.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem do município de Goiânia obtida via satélite em 2007, acessada pelo programa Google Earth®	27
Figura 2: Projeto Urbano do Metrô de Goiânia	27
Figura 3: Imagem ortofoto 2006 da Bacia do Córrego Botafogo e indicação de seus limites no Mapa do Município de Goiânia.....	42
Figura 4: Outdoor do empreendimento Imperador do Park.....	44
Figura 5: Imagem retirada do folder da GAFISA incorporadora e construtora.....	44
Figura 6: Imagem em ortofoto do Parque Vaca Brava – Seplam 2006.....	49
Figura 7: Imagem ortofoto 2006 da Bacia do Córrego Cascavel e indicação de seus limites no Mapa do Município de Goiânia.	51
Figura 8: Imagem do entorno sul do Parque Vaca Brava	52
Figura 9: Imagem em mapa urbano de Goiânia (versão 21) do Parque Flamboyant – Seplam 2006.....	55
Figura 10: Imagem panorâmica do Parque Flamboyant.....	56
Figura 11: Planta do Jardim Goiás e Parque Flamboyant Lourival Louza	57
Figura 12: Imagem dos usos das águas que saem do Parque.	58
Figura 13: Imagem da verticalização intensa entorno do Parque.....	59
Figura 14: imagem de equipamentos esportivos no Parque.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Parque Flamboyant Lourival Louza e Parque Sulivam Silvestre valor do metro quadrado da terra nua pela <u>planta de valores</u> (para cálculo de outorga onerosa)	61
---	----

SUMÁRIO

RESUMO	03
ABSTRACT	04
LISTA DE FIGURAS	05
LISTA DE TABELAS	06
INTRODUÇÃO	08
CAPITULO I	16
1. IMAGINÁRIO	16
1.1 A Construção Teórica do Imaginário	16
1.2 O Real e a Realidade	20
1.3 O Imaginário Urbano	23
1.4 Imaginário e Natureza	32
CAPITULO II	35
2. A RECRIAÇÃO DA NATUREZA E A CONTEMPLAÇÃO	35
2.1 A Evolução da Paisagem e a Apropriação DA Natureza	37
2.2 Os Sentidos e a Simbolização	38
CAPITULO III	40
3. A REPRODUÇÃO DA NATUREZA - UM FETICHE PARQUE VACA BRAVA E FLAMBOYANT	40
3.1 Parque Vaca Brava	48
3.1.1 Medidas para a Manutenção do Parque	54
3.2 Parque Flamboyant	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	66
BIBLIOGRAFIA	69

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou compreender as relações entre imaginário, paisagem e urbanização, tendo como objeto de estudo dois parques municipais de Goiânia; o Vaca Brava e o Flamboyant. Os Parques urbanos são fenômenos que vem aumentando no mundo todo, para se ter uma idéia só em Goiânia foram criadas mais de 20 unidades nos últimos dez anos e hoje a criação dos mesmos já aparece como parâmetro urbanístico necessário, que no caso do Plano Diretor de Goiânia, orienta que se institua um parque para cada 20.000hab. A escolha dos dois parques tem como fundamento a reprodução da natureza no espaço urbano ao serem transformados em mercadoria no intuito de contemplação; a busca do bucólico, do verde, da água, para agregar valor a imóveis de luxo erguidos nas suas margens por grandes empreiteiras. Analisa o processo de urbanização em Goiânia tendo como objeto de estudo duas regiões semelhantes; uma delas denomina-se setor Bueno, onde se construiu um lago artificial e a verticalização ao redor, para a contemplação da paisagem, a incorporação de commodity¹. O outro setor, mais recente, reproduz o mesmo modelo, o Parque Flamboyant, com um lago e a verticalização em seu entorno, ambos os bairros foram projetados para ser de baixa densidade na década de 50 do século 20 e hoje são bairros de alta densidade².

Assim o entendimento dessa valorização e desse espaço público tem chamado a atenção da comunidade científica para o entendimento dos condicionantes desse fenômeno urbano. Eles são espaços públicos, com atração não só para prática esportiva ao ar livre, mas a contemplação, a moradia, manifestações artísticas-culturais, e ao comércio, são tidos como espaço de embelezamento do meio urbano, espaços que aliviam o *stress* urbano. Sua área mínima segundo Plano Diretor de Goiânia (vigência 2007-2018) é de 20.000,00 m², que sejam entorno de nascentes ou lindeiro aos cursos d'água, por isso possuem um espelho d'água ou água corrente, fonte de jato de água, no seu interior há equipamentos esportivos, trilhas, quiosques, muito verde e pequenos animais, aves e pássaros, e são abertos. Em seus entornos tem-se, pelo mercado imobiliário,

¹ Na acepção do termo significa mercadoria, mas atualmente é utilizado para expressar a passagem do valor de uso para o valor de troca, no qual a mercadoria e o signo se juntam para formar, segundo Jean Baudrillard (1996^a p. 125) o commodity sign.

² A densidade habitacional é principalmente medida pela relação Habitantes / metro quadrado, onde Baixa densidade são moradias unifamiliares e de até 3 pavimentos e as de alta densidade são moradias coletivas como os edifícios.

desenvolvido a verticalização de edifícios residenciais de luxo para as classes médias e médias alta, especificamente nos Parques em estudo. Assim a investigação da valorização dos parques, bem como seu poder de atração se torna importante, dada à complexidade que envolve esses espaços urbanos, sua ocupação, seu uso, sua instituição, sua gestão e seu planejamento.

Diante do atual momento em que se torna intenso o debate sobre a polêmica questão do clima, também se verifica o aumento da preocupação dos cidadãos em relação às práticas ambientalmente saudáveis em meio urbano. Afinal, existem no mínimo três pontos de vista e usos distintos para um mesmo parque, a saber: do capitalista, da gestão pública e do usuário. O primeiro se apropria do bem público para agregar valor ao seu negócio, o segundo talvez com fins eleitoreiros e o terceiro para recrear, exercitar, namorar..., etc. Com este trabalho, que se aproxima de um estudo exploratório, esperamos contribuir com a discussão e com os diversos pontos convergentes e divergentes do imaginário que tem forjado os Parques Urbanos.

Assim o estudo dos parques pelo viés imaginário associado ao urbanismo e a paisagem nos permitirá uma compreensão mais ampliada destes espaços públicos. O qual pretendeu colocar para discussão a apropriação imaginária dos mesmos a fim de se levantar como se tem compreendido as relações dos homens com a natureza. A parte teórica desta pesquisa tem por finalidade compilar as diferentes linhas de interpretação do imaginário e sua relação com a razão (pensamento sistematizado pela lógica da comprovação e do experimento), o real e a realidade, com desdobramento para o imaginário urbano e o imaginário da natureza. Na primeira parte faz-se um diálogo entre imaginário e a ciência enquanto pólos opostos. Em seguida tenta-se discutir o real e a realidade e o imaginário, que de forma resumida trabalha as diferentes fases imaginárias por que passa o entendimento dessa relação. Trabalha ainda o imaginário urbano, mostrando a cidade não só como uma invenção humana, mas como resultado de suas relações entre si e com a natureza, que na última parte deste capítulo introdutório vai buscar no imaginário da natureza o fechamento das idéias como referencial teórico que servira como instrumento para caracterizar e contextualizar os Parques Urbanos Municipais ora em estudo. No capítulo dois busca-se entender a relação cidade natureza, bem como a valorização do espaço urbanos a partir do imaginário urbano

e da natureza. No capítulo três uma aproximação da realidade dos parques e a fetichização dos mesmos.

Esta pesquisa busca compreender as relações entre imaginário, paisagem e urbanização, tendo por base os vários textos que abordam esses temas ou partes deles e como estes estudos podem caracterizar melhor os parques em estudo e explicar o aumento do número de parques municipais urbanos em geral e especificamente as constituições de dois parques municipais urbanos de Goiânia – Vaca Brava e Flamboyant.

Tendo como objetivos caracterizar e contextualizar os Parques em estudos a partir das categorias de análise (imaginário, paisagem e urbanização); mostrar a relação entre o crescimento do número de parques urbanos municipais e a inseminação de imaginários urbanos e da natureza como modelo de espaço que promove a qualidade de vida, lazer e a valorização imobiliária; relacionar a construção dos Parques - Vaca Brava e Flamboyant e a fetichização destes espaços urbanos em Goiânia;

Nesse sentido pensar a cidade e seus espaços públicos, tornam-se uma questão primordial diz respeito à forma de olhar a cidade que, longe de traduzir apenas imagens parciais, revela "qualificações" do espaço urbano. Além de desvelar o imaginário urbano presente em cada momento, um olhar consciente sobre a cidade permite a identificação da relação entre esta e o próprio pensamento, entre o público e o privado, entre os espaços da intimidade e os grandes espaços coletivos urbanos, entre a emergência de distintas formas de sociabilidade e os signos que as sustentam, recuperando algumas das promessas de nossa cultura. Se a cidade tem sido um *locus* de poder, cujos espaços tornaram-se coerentes e completos à imagem do próprio homem, também tem sido nela que essas imagens se estilhaçaram, no contexto de agrupamentos de pessoas diferentes - fator de intensificação da complexidade social - e que se apresentam umas às outras como estranhas.

O que para Luis Carmelo (1994, p.10) os Parques e jardins são materialização do paraíso imaginado do início da formação das cidades ou uma tentativa de recriação aqui na terra do Paraíso perdido, pois é pela imaginação que temos as imagens (fotografias) das espécies raras do mundo, as imagens da idealidade perdida, ou seja, o paraíso. Como podemos perceber em seu raciocínio:

O auto-retrato foi uma das primeiras euforias dessa breve história do homem, ainda que, às vezes, o registro do rosto sugerisse a aparição de qualquer paisagem augurada, sonhada ou imaginada. Pergunta-se: não será o jardim moderno um lócus de fantasia que libertou, pelo menos em parte, essa paisagem recalcada nos primeiros retratados? Definitivamente, o homem moderno sonhou com cidades, estados, máquinas e futuros agendados (CARMELLO, 1994, p.10)

As concepções urbanísticas e de cidades descritas pelos Arquitetos urbanistas segundo Limena (2001):

A cidade como virtude (medieval) e como vício (moderna), situada entre um passado de trevas (a visão do Iluminismo) ou como traição de um passado áureo (a visão anti-industrial), são idéias que povoaram o imaginário da passagem do século XIX ao XX. O lugar da cidade nesse imaginário só poderia ser salvo por utopia ou projeto radical de volta ao passado ou de salto para o futuro, na reação à falta de nacionalismo da elite liberal cosmopolita e culta, conforme apontavam tanto as propostas de urbanistas, como a produção literária e artística. Não obstante, ainda nesta passagem de século, o pensamento sobre a cidade ainda se nutre de significados que reforçam as tensões, associando-as, tanto aos demônios da natureza humana, com todas as suas perversidades e contradições reais, como à idéia de cidades ideais, que seguem o modelo da "revelação" ou da "purificação" (LIMENA, 2001, P.15)

É nesse sentido que o estudo das relações possíveis entre imaginário, paisagem e urbanização vão nos orientar no entendimento dos parques urbanos. Assim a importância deste tema se dá pelo fato de tentar dar visibilidade a uma discussão multidisciplinar, e tentar discutir esse modelo de urbanização a partir de elementos que não são colocados explicitamente na conformação do mesmo e no qual se pressupõem que a multidisciplinaridade é seu fundamento.

Há uma relação direta entre a utilização das técnicas paisagísticas (racionalização do espaço, portanto da natureza) e do imaginário (idéia de qualidade de vida e interação com a natureza) e o desenvolvimento entorno dos parques (modelo de urbanização).

Podem se fazer comparações aos processos de constituições de parques de uma mesma região e regiões de outros continentes presumindo que esse tipo de ocupação parte de um modelo imaginário e paisagístico de invenção da natureza em meio urbano.

REFERENCIAL TEÓRICO – DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

Os Principais teóricos desta pesquisa são Gaston Bachelard (1974, P.15) nos dará um fôlego para entender a questão do imaginário trabalhando a idéia de Topoanálise – que é o estudo psicológico sistemático dos lugares físicos, onde para o mesmo nosso inconsciente é localizado e quando esta bem localizado, tranquilamente instalado, está no espaço da sua felicidade, uma vez que também é preciso dar um destino de exterior ao ser do interior e empreender uma topoanálise de todos os espaços que nos chamam fora de nós mesmos, pois todos os espaços de intimidade se caracterizam por uma atração. Nessas condições, a topoanálise tem a marca de uma topofilia. E é no sentido dessa valorização que vamos pensar a dinâmica dos espaços dos Parques, pois há no homem um devaneio que anda, um devaneio do caminho. Bachelard (1978, p. 204).

Gilbert Durand (2002, p.41) “trajeto antropológico” – “ é a incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social - que vai de um pólo ao outro revelando as dinâmicas sociais e ambientais, muitas vezes revelando oposição entre os pólos, como exemplo o desenvolvimento contra o terreno, ou seja, onde era para se preservar se explora quase a exaustão. Para ele o imaginário não é mais que esse trajeto no qual a representação do objeto se deixa assimilar pelos imperativos pulsionais do sujeito.

A construção da cidade pede uma generosa disponibilidade de espaço, o que implica com a disciplina jurídica sobre as prerrogativas da propriedade e formação dos direitos de urbanizar e de construir. A oportunidade de criar um parque urbano depende dos instrumentos políticos e administrativos de gestão do solo e também da capacidade de idealizar e de saber construir a paisagem. O modelo urbanístico com o qual se fará dialogo para a dissertação será o de cidade Jardim que foi adotado na concepção de Goiânia.

Para Lefebvre (1991) a visão parcelar da ciência não contribui pra reconstruir a unidade de pensamento sobre o urbano. Nesta sociedade a realidade, as imagens e imaginários são criados pelas ideologias da propriedade, da racionalidade e do Estado submetidos à retórica da publicidade. O que se cria é um consumo imaginário, consumo do imaginário e imaginário do consumo. Todos estes camuflam a realidade e cada vez mais a sociedade se torna estranha aos fatos reais.

O sentido útil e o interesse público de um parque urbano não se discutem, mas também não se impõem na prática das dinâmicas urbanísticas. Daí a fragilidade do seu processo de realização. Enquanto os terrenos destinados a equipamentos sociais, como escolas, cemitérios ou hospitais e outros de primeira necessidade, se impõem de forma categórica e pragmática, o mesmo não se passa com os terrenos destinados a um parque, porque este não se faz sentir como uma necessidade premente e, por isso, tende a ser preterido na disputa pelo solo. No entanto e recorrentemente, os parques, jardins e “zonas verdes” fazem parte de um exacerbado e estereotipado discurso político-ideológico. O que no momento tem se caracterizado como fragmentos de verdes pela cidade e não como uma malha verde de proteção aos cursos d'água, dentro da cidade, como sugeria o modelo de cidade jardim, constituindo assim paisagens fragmentadas e difusas, a qual temos a seguinte conceituação:

Para Sirdonio Pardal:

A paisagem é uma experiência singular, quando muito é um devir que não permanece, não se repete, transfigura-se, flui com o tempo e prende-se ao instante da vida que a cria e apreende como memória. O crescente interesse sobre o tema dos parques urbanos e metropolitanos emerge da consciência sobre os desafios do planejamento urbanístico que a sociedade contemporânea enfrenta e que se caracterizam pela dependência de conceitos e de regras que instruem a apropriação e a ação sobre o meio físico e as suas territorialidades. A relação do Homem com o meio desenvolve uma problemática onde é urgente atender à importância acrescida da filosofia da paisagem enquanto fonte esclarecedora da idéia motora das transformações e conservações relativas aos usos do solo (mimeo).

É no enlace entre realidade e imaginário que engendra a ponte entre razão representada pela engenharia e arquitetura e o imaginário da natureza ao nosso alcance, através das idéias de qualidade de vida do ar puro o que nos remete a idéia de não lugar, ou seja, uma natureza transformada em ícones do imaginário, ou os seus elementares (terra, ar, água e fogo). Assim tempo e espaço passam a fazer parte dessa paisagem totalmente relativizados, pois para quem vê surgir da noite para o dia essas realidades, as contemplam quase como mágica, outro fator, são os processos internacionais que criam à aura – interatividade, ou seja, a contemplação do mundo ai nesse caso imaginário aparece como aura ambiente, ele se aproxima da cultura porque ele é cimento social, é coletivo e envolve outros elementos como o onírico, o lúdico, a fantasia, o efetivo, os sonhos, o irracional e na

sua face ideológica é pensado, explicado e, portanto racional caracterizando o outro lado o que por Harvey foi chamado de “Urbanização Corporativa”.

Conforme Maffesoli após mais de dois séculos de dominação econômica política, é preciso doravante saber nadar contra a corrente, com os riscos que isso comporta para explorar o vasto domínio do imaginário coletivo que embora não seja pensado, é amplamente vivido na vida corrente Maffesoli, (1998 p. 12)” [...] antes que uma sociedade reorganiza sua vida material, antes que ela elabore uma ideologia da utilidade, em suma, antes que ela tenha um projeto político-econômico ou constitua seu poder, precisam de uma potência material do simbólico, do inútil todas as coisas que podem ser resumidos sob o termo “imaginário social” a esse respeito, nada tem a ver a solidez e a força das sociedades nascentes, ou ainda o aspecto dinâmico das reuniões juvenis ou de outros grupos (políticos, culturais, religiosos), que repousam em um ideal partilhado. Em cada um desses casos, o que é força viva de dado conjunto certamente é a utopia, o imaginário que a constituem. E é quando esse imaginário se estiola que a estruturação social em questão perde sua força e tende a se desagregar (MAFFESOLI, 1995, p.113-114). Para Silva (2003 p. 75) tais conjecturas levam-nos a pensar na precisão em partir das imagens-representações para buscar não apenas as vivências da lembrança e sua iconografia, mas, sobretudo, o tempo imemorial dos mitos, sonhos e suas simbologias.

Assim a idéia de símbolo se reveste desta dimensão como demonstra Jovenchelovitch (2000 p. 20) “O símbolo pressupõe a capacidade de evocar presença apesar da ausência, já que sua característica fundamental é significar uma outra coisa, pois ele cria o objeto representado, construindo uma nova realidade para a realidade que já esta lá. Ele provoca uma fusão entre o sujeito e o objeto” Jovenchelovitch Op. cit., percebemos essa relação com a natureza, através do símbolo dando a impressão de interação direta pelos seus elementos (água, ar, terra, arvore e animais).

Para Bourdieu (2003, p.42), o simbolismo reveste toda e qualquer dominação. E a relação entre sistemas simbólicos e o sistema de classe e grupos de status e a estrutura de poder daí resultante. Para ele a sociedade é um campo de batalha operando com base na força do sentido. Para além das lutas no espaço inclusive do mercado (material) onde o critério decisivo é a propriedade, ocorre um conflito entre valores que se materializam através de um estilo de vida baseado no

prestígio e na dominação. “Esses se apresentam através de instituições que dividem entre si o trabalho de dominação simbólica, com imposição de culturas ou de idéias e de práticas de grupo particulares” (Bourdieu apud Silva, 2003 p.42).

Ainda em Bourdieu (Op. Cit.) temos a concepção de espaço como um conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores uma as outras definidas uma em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, vizinhança ou distanciamento. Para Durand (2002, p.40) o Imaginário está ligado aos signos, imagens, símbolos, alegorias, emblemas, arquétipos, esquemas, ilustrações, representações e ideologias.

Assim a compreensão do imaginário e do simbólico enquanto dimensão existencial presente na realidade das ações manifestas no espaço e no tempo constituem em instrumentos de análise das cidades.

Em Maffessoli (2005, p.31) – imaginário é uma configuração racional de imagens, decorrentes de experiências e realidades vividas, contextualizadas pelas características de cada um. Geramos um código simbólico próprio no inconsciente uma coleção de imagens que vão sendo liberadas através da revisitação.

Para Castoriadis (2007, p12.) em a “A instituição imaginária da sociedade” as representações coletivas, o imaginário social, que pode permitir ao homem elevar-se acima de si mesmo, ou seja, para além de sua condição de isolamento possibilitando-o apreender a “totalidade’ construída por seu grupo, sua sociedade. Nesse sentido os parques são representações impessoais porque são coletivas e se impõem, por isso são valorizados, protegidos, sacralizados e racionalizados.

CAPITULO I

1. IMAGINÁRIO

“O conhecimento científico é sempre a reforma de uma ilusão”
Gaston Bachelard (1978, xiii)

1.1 A CONSTRUÇÃO TEORICA DO IMAGINÁRIO

A relação entre imaginário, paisagem e urbanização, pode-se dizer que é muito próxima, quando se pensa na capacidade do homem criar e recriar sua relação com a natureza, acredita-se que, as junções destas categorias, formam a base de um fenômeno que vem ocorrendo praticamente em todas as grandes cidades, o aumento do número de parques urbanos, que podem ser interpretados como uma re-apropriação ou re-aproximação da natureza. Mas que tipo de aproximação é essa? Como essas áreas de conhecimento ou categorias de análise se entrelaçam nos oferecendo um quadro característico do fenômeno? Antes de dissertar sobre as indagações acima, cabe considerar alguns aspectos tendo em vista relação entre imaginário e ciência, pois quando a utopia da ciência entra em crise, num momento em que cada vez mais se questionava a fundamentação da epistemologia da ciência, os métodos e conquistas, sua objetividade e racionalidade, a própria oposição entre ciência e imaginário foi abalada por pensadores como G. Bachelard (1978, p.25.), que a partir dos estudos do imaginário considera que já não faz mais sentido questionar se há objetividade nas ciências da natureza e a subjetividade das ciências do espírito, como alerta G. Bachelard (Op. cit.) “é a hora de refletir sobre a a-racionalidade, razão e sobre o imaginário da ciência e da cultura humana”.

Tem-se em Durand (2002, p. 429) que a objetividade tornou-se paradoxalmente culto fantástico e apaixonado que recusa a confrontação com o objeto. Mas, sobretudo, como todo sistema que explora um regime isomórfico exclusivo, que é entendido como a interação dos valores simbólicos expressos através das estruturas do imaginário, o objetivismo semiológico contemporâneo (...) fecha-se a priori a um humanismo pleno.

Podemos entender na comparação feita por Durand o qual apresenta os regimes isomórficos, ou seja, que se apresenta sob a mesma forma, são os símbolos convergentes, pois, são desencadeadores por associações de imagens,

por exemplo: o elemento “ar” e a convergência da ascensão, do movimento para o auto e o esquizomórfico onde as estruturas animadas pelos símbolos não são estáticas e se manifestam por pelo menos por duas vias. A primeira via de identificação com os deuses e heróis imaginários conduz a uma espécie de alienação, nesse caso, as estruturas são esquizomorfos (DURAND, 2002, p.435) heterogeneizantes, tendem a tornar o sujeito semelhante ao outro, ao objeto da imagem a identificá-lo a esse mundo imaginário e separá-lo do mundo real. Ao contrário, a via de interação dos valores simbólicos expressos através das estruturas do imaginário, favorece a individuação ou o desenvolvimento harmonioso da pessoa, essas estruturas são nesse caso, chamadas de isomorfos, homogeneizantes entre a pessoa e o lugar ou o conceito, vivido e concreto como a experiência pessoal. A partir daí discorre as distinções entre ver e o olhar e como o mundo “percebido” é tanto mais abstratos e complexos que o “mundo” conhecido através de outros sentidos.

Para Gilbert Durand (2002, p.375) o conceito de fantástica transcendental, ou seja, o imaginário ligado ao ou identificado com o mito, não se desenvolvem em torno de imagens livres, mas lhe impõem uma lógica, uma estruturação, faz do imaginário um mundo representações – homo sapiens e homo symbolicus – estruturas ligadas a produções de imagens a alguns conjuntos isomorfos e as significações simbólicas, reguladas por um número finito de esquemas, arquétipos e símbolos que Durand chamou de constelações de imagens que se dividem em dois regimes “diurno e noturno”.

Uma das dimensões metafísica da realidade é a realidade intermediada pelas figuras concretas tais como paisagens, personagens, etc. Como se pode chamar de imaginação visionária que por sua vez são as imagens psicofisiológicas, inseparável da nossa condição encarnada, que permite criar ficções irreais “imaginação criadora”. Assim os espaços paradisíacos, as cidades divinas, os anjos e até a busca do paraíso original ou perdido.

Outra forma de imaginário aparece na seguinte frase “Tudo que é sólido se desmancha no ar” (MARX, 1998, p.05) – Ele escreve essa frase para expressar os processos de mudanças do sistema feudal para o capitalismo e para o qual as bases do imaginário (representações e ideologias) ruíram e já não vale mais a nova ordem que se instaura. É essa a idéia clássica de construção social da realidade. É Por isso que embora o imaginário seja uma faculdade do indivíduo e sua construção

é coletiva como podemos perceber na afirmação de Durand (2002 op cit) e Bachelard (1978 op cit), que para ambos, as imagens obedecem a uma lógica ou mais exatamente a uma dialética e a uma rítmica que nada tem a invejar o conceito. Para ele a vida das imagens repousa sobre as leis de uma verdadeira “física onírica”, tão restritiva quanto às leis da física. Uma dialética das imagens que consiste num vai e vem entre dois pólos contrários, ou seja, há um dinamismo constante nas estruturas que ele chama de “trajeto antropológico”.

As Fontes geradoras em Bachelard (1978, p.245.) são os quatro elementos (ar, água, fogo e terra) que são compostos e decompostos infinitas vezes dando movimento aos nossos devaneios e imaginários nas relações entre os humanos e a natureza, conformando a paisagem.

Segundo Vaz (1921, p. 217) A ruptura da esfera do natural no homem tem lugar justamente quando ele emerge como sujeito, isto é no ato que opera a passagem da forma como expressão, podemos citar essa expressão na forma de arte, música, símbolos, etc. E é em vista dessa expressão que ele pode ser visto como um ato de mediação de si a si mesmo e é pelo percurso desses momentos, da totalidade natural do homem para sua totalidade humana, que ele expressa sua forma última e totalizante da expressão do Eu. Ou seja, nasce aí nesse processo a consciência do *homo symbolicus* na sua condição de ser que para se organizar no mundo e para o mundo produz representações, ideologias, símbolos, mitos, valores.

De acordo com Silva (2003, p.41) sua pesquisa “rede de idéias: tecnologias do imaginário e comunicação” nos apresentam um resumo das discussões acerca do imaginário em seus principais estudiosos que pode ser resumido da seguinte forma: Gaston Bachelard (1978), Gilbert Durand (2002), Michel Maffesoli (2005), Cornelius Castoriadis (2007),— para os quais o imaginário possui apreensões diferentes, no entanto com a concepção de que a compreensão do imaginário pode marcar uma ampliação do que foi a racionalização, que tem marcado a modernidade.

No qual ele ainda mostra que “todo imaginário é real. Todo real é imaginário. O homem só existe na realidade imaginal. Não há vida simbólica fora do imaginário. Suas idéias transparecem uma constatação antropológica; O ser humano é movido pelos imaginários que o engendra. O homem só existe no imaginário”. Para tanto ele faz uma distinção entre imaginário e simbólico, apesar de admitir que autores trabalhem essas duas categorias juntas “Imaginário

simbólico”. O imaginário aparece ainda como um termo que tem sido utilizado para substituir os termos ideologia e cultura. Na interpretação de Silva (2003, op.cit), Lacan situou o imaginário na fronteira entre a filosofia e a psicanálise como espaço fundamental do Eu, território da ilusão, da alienação, do engodo, colocando o imaginário como teatro das ilusões do eu. Aqui podemos dizer que há uma redução do conceito de imaginário, pois quando se coloca o imaginário apenas como expressão do Eu e não se amplia para condição humana de apreensão, criação e apropriação da realidade, individualiza-se algo que é eminentemente coletivo.

Silva (2003, op.cit.) faz sua primeira conclusão – Todo indivíduo submete-se a um imaginário preexistente. Todo sujeito é um inseminador de imaginários. Assim na era da mídia, parece fazer sentido a preferência pelo termo imaginário – Gaston Bachelard (2001, p.11) transformou o termo imaginário numa grande metáfora do encontro entre a natureza e homem apresentando de forma poética os quatro elementos – terra, ar, água e fogo como os principais inseminadores, inspiradores de imagens e imaginários e devaneios do lugar.

Neste sentido há a criação incessante de sentidos e significados por aqueles que desejam aumentar o valor do lugar. Aqui temos uma base que pode contextualizar nosso objeto de estudo, revelando que esses elementos juntos estão contidos nos Parques, por isso seu poder de atração e valorização do lugar, mas que na forma urbana maximiza, insemina mais imagens como as de qualidade de vida, tranquilidade, constrói-se mais valores e significados fazendo com que haja uma sobreposição do valor de uso para o valor de troca. Assim para o caso dos Parques em estudo, pode-se prospectar que se o lago secasse a valorização imobiliária cairia?. Neste sentido, os quatro elementos (água, terra, fogo e ar) que estão nos estudos descritos por Bachelard (1978, p.320) sobre a poética do espaço, nos ajudarão a compreender o aumento do número de Parques Urbanos.

Ainda sobre as concepções de imaginário, pode-se verificar que o imaginário aproxima-se do sentido das ações humanas, querem elas sejam individuais ou coletivas, pois o imaginário tem seus alicerces sobre um objeto variável que agencia as imagens simbólicas e a capacidade de criar circunstâncias históricas que envolvem o ser humano. (DURAND, 1997, p.65)

Verifica-se que é a partir de uma fase de aliciamento das idéias que o imaginário torna-se real, enquadrando-se perfeitamente a mentalidade da população em questão, que não parece aceitar outra forma de visão por sobre o imaginário: “o

imaginário torna-se o único real, e a imaginação, o caminho da realização. Para que o real exista, é preciso fazer um desvio pelo imaginário”.

Esta idéia está amparada na valorização dos sonhos, existindo uma ruptura entre o real existente, e o imaginário reinante nas coletividades. Neste sentido têm-se que todo um conjunto social, de certa forma, acaba seguindo as representações e símbolos ora criados, onde o imaginário vincula-se então a uma lógica de controle social, pois, a relação que se estabelece em um imaginário é entre os homens e as imagens produzidas por estes homens.

Entende-se que o nosso trabalho está associado concomitantemente à criação de imaginários que determinam interesses sobre uma ideologia, como forma de se apropriar e re-apropriar a natureza no que tem representado os Parques hora em estudo. Através do trajeto antropológico de Durant na compreensão das dinâmicas de construção de espaços urbanos, tendo como pano de fundo a paisagem. Buscando, ainda perceber com isso que os valores, o discurso narrativo, as representações e as imagens vinculadas ao imaginário podem constituir verdades nem sempre fundamentadas no real físico e histórico, servindo como legitimadoras de determinados interesses ideológicos. O desenvolvimento do modo de produção capitalista e os fetiches são incorporados com o intuito de agregar valor ao produto. Os parques Vaca Brava e Flamboyant constituem bons exemplos, uma vez que há uma idéia incorporada de natureza que faz parte do imaginário. A natureza é reproduzida aonde o capital instala-se, nesse caso nos parques citados.

1.2 O REAL E A REALIDADE

A ligação entre imaginário, real e realidade foi trabalhada de forma resumida no trabalho de René Barbier (1994, p.14-21), o qual levanta a história do conceito, para ele essa evolução se fez em três fases, que podem ser resumidas das seguintes formas:

a) A fase da sucessão – caracteriza-se pela atualização do pensamento racional e a potencialização da função imaginante do ser humano. O pensamento grego impõe pouco a pouco um dualismo entre real e imaginário. Nessa fase há dois domínios sem relação: de um lado a sensação, a percepção, as condutas adaptadas à realidade e de outro a fantasia, o sonho, a fabulação, a arte. Após Descartes os filósofos vão julgar severamente a imaginação enquanto faculdade, modo de

exercício do pensamento, a imagem que daí resulta é geralmente o imaginário; tanto mais enganador quanto mais real e verdadeiro.

b) A fase da subversão - ela vai se afirmar por uma atualização do imaginário e por uma potencialização do real/racional, o real torna-se o único real, e a imaginação, o caminho da realização. Para que o real exista, é preciso fazer um desvio pelo imaginário. A ruptura existe sempre entre o real e o imaginário. O sonho é valorizado, a imaginação reina. Para os surrealistas trata-se antes de tudo de ampliar nossa percepção segundo uma expressão humana sobre todas as formas. A imagem surrealista desempenha o papel de um agente conciliador entre os contrários, por meio de coincidências fortuitas, ela associa o objeto, o espírito a matéria, o consciente ao inconsciente. Para M. Saison (1981, p.78) citado por Barbier, a oposição entre exterior e interior, subjetivo e objetivo, consciente e inconsciente são sinais que o real e o imaginário não estão ainda conciliado no surreal.

c) A fase da autorização – o fim do século XX abre a era da autorização na qual se assiste a um reequilíbrio da atualização e da potencialização dos pólos do imaginário e do real/racional, nesta fase esses pólos tendem para um equilíbrio. Bachelard (1978 Op Cit.) foi o pioneiro desta fase de autorização ao valorizar a poética do devaneio, para ele a função do irreal é psicologicamente tão útil quanto a função do real. Durante sua atividade diurna, o homem constrói o real graças ao espírito científico que começa sempre por uma “catarse racional e afetiva”. Trata-se de purgar todo o imaginário em proveito da abstração, durante sua atividade noturna, o homem sonha o imaginário. Outro que compõe essa fase é Gilbert Durand (1993, p.09) para o qual imaginário é o conjunto das imagens e das relações de imagens que constituem o capital do *homo sapiens*. Cita ainda Castoriadis (1956, p. 8) para quem o imaginário é criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica) de figuras/formas/imagens a partir das quais somente pode ser questão a de qualquer coisa. O que nós chamamos realidade e racionalidade são suas obras. Ele é o rio aberto do coletivo anônimo; é o fluxo representativo/afetivo/intencional. Aquilo que no social histórico é posição, criação, fazer ser, nós o denominamos de *imaginário social*, no sentido primeiro de termo, ou sociedade instituinte. Aquilo que na *psique-soma* é posição, criação, fazer ser para a *psiquê-soma*, nós chamamos *imaginação radical* (CASTORIADIS, 1982, p. 230).

Outros autores trabalham a noção de real como algo separado da realidade – o registro psíquico do real não deve ser confundido com a noção corrente de realidade. Autores como Lacan definem o real como sendo aquilo que sobra como resto do imaginário e que o simbólico é incapaz de capturar. O real é o impossível, aquilo que não pode ser simbolizado e que permanece impenetrável ao sujeito do desejo para quem a realidade tem uma natureza fantasmática diante do real, o imaginário tergiversa e o simbólico tropeça. Real é aquilo que falta na ordem simbólica, os restos que não podem ser eliminados em toda a articulação do significante, aquilo que só pode ser aproximado, jamais capturado.

Passando isso à interpretação do urbano, para Lefebvre (1999, p.46) o espaço urbano é seu sonho, seu imaginário simbolizado, representando múltiplas maneiras: nos planos, no frenesi dos encontros e aproximações, na atração pela velocidade “até na cidade”, é a u-topia (real/concreta). Neste sentido a visão parcelar da ciência não contribui pra reconstruir a unidade de pensamento sobre o urbano. Pois, nesta sociedade a realidade, as imagens e imaginários são criados pelas ideologias da propriedade, da racionalidade e do Estado submetidos à retórica da publicidade. O que se cria é um consumo imaginário da cidade, do lugar, da natureza, criando necessidades pelas imagens que dão dinâmicas ao imaginário e conseqüentemente às paisagens. Todas estas possibilidades camuflam a realidade e cada vez mais a sociedade se torna estranha aos fatos reais.

A paisagem não é um cenário, um espaço de fundo, onde o mundo acontece, ela é o acontecimento em si, englobando todos os aspectos da realidade que a materializa. Daí que a apropriação da paisagem se faça através de uma relação de presença que não pode ser reduzida a imagens. Muitas paisagens decadentes e degradadas são, por vezes, mal entendidas e apropriadas por olhares distanciados que estão longe de conhecer e compreender a miséria que está por detrás da aparência e da fotogenia das imagens. A estética da paisagem é indissociável do seu conteúdo real como espaço vivencial de uma sociedade e como experiência individual, e mostra-se como uma realidade presente.

1.3 O IMAGINÁRIO URBANO

É pelo imaginário urbano, seja o dos pensadores e teóricos da cidade ou dos urbanistas ou dos cidadãos, que apreendemos as ideologias, a cultura, o *modus operandis* e *vivendis* do urbano. Isso forma as constelações de imagens e

imaginários que nos possibilitam a compreensão da dinâmica urbana. A expansão territorial das cidades toma diferentes características, ao longo do processo histórico de sua consolidação. Mas como estratégia de realização da mais valia da indústria e da revolução tecnológica. Como podemos ver em Carmelo (1994, p. 209) onde para ele:

As leis, os valores, a idéia de futuro (galvanizada mais pelo progresso, do que pela providência) e o próprio domínio das linguagens passam a ser matéria que depende directamente da invenção humana. As cidades expandem-se por trás do fantasma da revolução industrial e das súbitas pressões demográficas que lhes estão associadas, e vêm aparecer, no seu seio, um novo tipo de civilidade, de espaço público, de discussão e de lazer que reflecte este inaudito refundador do mundo que é o sujeito moderno. A modernidade assume-se decididamente como o reinstaurar da humanidade. Para este novo quadro de autonomia e liberdade humanas despontam igualmente novas noções: a cultura, a estética, a nação, o povo, a história (essa "nova ciência" de Vico). Por outro lado, o habitat por excelência dos tempos modernos, a cidade, passa a constituir um modelo vital e racional para o planeamento. Reconfiguram-se eixos, praças, confluências e todas as funções que pressupõem a convivência massificada e a passagem ininterrupta (CARMELO, 1994, p.209).

Para Lefebvre (2004, p. 81) O habitat, ideologia e prática, chegava a reprimir as características elementares da vida urbana, constatadas pela ecologia mais sumária: a diversidade das maneiras de viver, dos tipos urbanos, dos “*patters*”, modelos culturais e valores vinculados às modalidades ou modulações da vida cotidiana. Assim o conjunto urbanístico que acompanha o habitat também faz parte deste morar, pois a problemática do espaço urbano perpassa pela imagem que ele engendra como pertença, como morar e o “homem só habita como poeta”, ou seja, ele cria seu habitat pelo seu imaginário e representação de mundo e de natureza. Para ele os paraísos já não são mais naturais movidos pela ideologia e utopias e os paraísos artificiais suplantam, na nostalgia esses paraísos. Para ele os paraísos artificiais são nitidamente urbanos; “se a natureza fornece alguns elementos desses paraísos, vinho e drogas, tecidos e metais, desejo carnal e violência sua retomada muda seu sentido”.

A arquitectura torna-se na laicização da topografia urbana do antigo paraíso: os centros acolhem a apoteose da cidade, as alamedas elísias disputam o trânsito – como se fossem limbos - e os novos

parques e jardins condensam o modo como o homem moderno subtrai a natureza à (sua) cultura. (CARMELO, 1994, p.210)

Ainda corrobora-se com esta idéia o pensamento de Diniz (2007, p. 41) “Os paradigmas da escola francesa de urbanismo faziam parte dos traçados das novas-capitais através de um novo “poder” ou da necessidade de transferência de governo por questões de defesa. Os edifícios públicos e os lugares cívico-cerimoniais são destacados na paisagem como estruturas simbólicas. “É através dos símbolos que Corrêa Lima se identifica com o seu “cliente”, o interventor Pedro Ludovico Teixeira”.

No que parece ser “contraditório”, o simbolismo esclarece a intenção do traço, o conceito do arquiteto para a cidade. Assim observamos que Goiânia está inserida nestas “novas” formas, em que a natureza é vista enquanto mercadoria privilegiando o valor de troca. E no bojo deste fato, atrelado ao sentido de urbano, são construídas novas representações sociais baseadas na mercantilização de signos e imagens associadas à natureza (SPOSITO, 2004, p. 362), como oferecer aos habitantes a oportunidade de viver “no meio do verde”, de “integrar-se com a natureza”, de “fugir da cidade” (ABREU, 1992, p. 55), ou pelo menos, de se afastar dos problemas urbanos mesmo que de forma ilusória momentaneamente, pois se não vir, não presencia, logo não sabe que existe ou ignora o fato de existir algum problema.

A criação desta forma de ver a paisagem natural, como sendo ainda uma extensão do urbano, faz parte das estratégias de potencializar a eficiência econômica, introduzindo formas modernas de dominação e técnicas de manipulação cultural (SANCHEZ, 2001, p. 155), por parte do Estado e dos agentes imobiliários, na tentativa de vender a imagem de uma cidade bem administrada e detentora de belezas naturais. Contudo, ao tentar se inserir frente às novas demandas do capital, a cidade se homogeneíza para se heterogeneizar, ou seja, entra nos padrões de cidades européias, ditas sustentáveis, e simultaneamente, se diferencia das outras cidades que não se encaixam nestas condições, atraindo por isso, mais investimentos proveniente desse status. Como acaba de acontecer com Goiânia ao receber o título de Cidade com melhor qualidade de vida do País, dentre outros motivos por ser a cidade com o maior número de árvores por habitante, como podemos ver neste recorte de jornal:

A AMMA também constatou que Goiânia abriga o maior número de áreas verdes em vias públicas do País. A cidade conta com cerca de 650 mil árvores espalhadas pelas suas ruas e avenidas, ultrapassando novamente Curitiba, com 300 mil árvores, e João Pessoa, com 40 mil. O estudo demonstra que existe em Goiânia 0,59 árvore por habitante, enquanto em Curitiba este índice é de 0,17, e em João Pessoa, de 0,06 árvore por habitante. A Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda que uma cidade tenha, no mínimo, 12 metros quadrados de área verde por habitante. Goiânia supera hoje em quase 8 vezes esse índice. (TRIBUNA DO PLANALTO, 2008).

Após estudo feito por Pires (2007 p. 241) o IAV (índice de área verde em Goiânia) constatou-se que a soma de todos os espaços verdes (praças, parques, verde viário, espaços livres – particulares e públicos, jardins de representação) é de 94,007 m²/hab.

Neste sentido Maricato (1996, p. 26) coloca que a manipulação das informações na construção da ficção é atribuída à genialidade de alguns técnicos de marketing, que conhecem os valores e anseios populares. Ela leva em conta aspectos que estão plantados no imaginário da população, ligados a seus paradigmas históricos, à sua identidade ou ainda a sua vontade de mudança de paradigmas existentes. Ainda por esta via de análise, a cidade passa a ser vendida como *city marketing*, cidade corporativa (nas mãos de grandes capitais empresariais), segundo Milton Santos (2006, p.45) no sentido colocado pela imprensa, representaria uma marca, uma imagem de sustentabilidade, atribuindo valor a esta condição, daí ocorrendo um processo de fetichização da própria cidade enquanto mercadoria, uma dissimulação por fingir não ter o que tem, isto é, esconder as contradições e conflitos existentes intrínsecos à produção do espaço social; assim também simulando, ao fingir ser o que não é. O que nas palavras de Jean Baudrillard (apud HARVEY, 2004, p. 23) condiz com a ascensão da economia política dos signos e do espetáculo em oposição à economia política da reprodução da materialidade direta. Nesta concepção, a natureza enquanto mercadoria se torna um diferencial para se ter, segundo os discursos mais recorrentes, uma qualidade de vida melhor.

O espaço, ao ser percebido desta forma, as suas potencialidades exploratórios para acumulação e reprodução do capital, garante a Goiânia uma participação importante no que se refere à seletividade espacial numa sociedade capitalista. Se num outro momento a abundância dos “bens naturais” era um fator

relevante para a obtenção de renda e mais-valia através da exploração, agora o inverso acontece, a escassez como atributo torna rentável novamente o processo contínuo de exploração, mas sob outras condições estabelecidas desde já que “não só lhe é dado valor de uso como lhe é atribuído valor de troca aparentemente sem que se adicione trabalho, porque o valor que lhe é dado está em função de sua preservação” (SANTANA, 1999, p. 178).

Neste sentido, este fato nos remete à sustentação feita por Leff (2001 p.23) de que o discurso do desenvolvimento sustentável converte-se na nova pedra filosofal que asseguraria o *perpetuum móbile* do crescimento econômico, pois para ele a economia entrou numa fase de pós escassez, isto é, que a produção, como base da vida social, foi superada pela modernidade e citando Baudrillard (1980, p.35) traz a idéia de que este simulacro da ordem econômica pretende ter libertado o homem das cadeias da produção, reintegrando-o à ordem simbólica.

Assim os processos urbanos guardam em suas historicidades uma lógica. Segundo Santos (2001, p. 3) Na cidade moderna tudo é imagem, signo, pois as imagens passaram a constituir elas próprias à realidade, como se o real não tivesse mais origem. Assim, a realidade parece que já é reconhecida antes mesmo de ser e ter vivido, uma repetição.

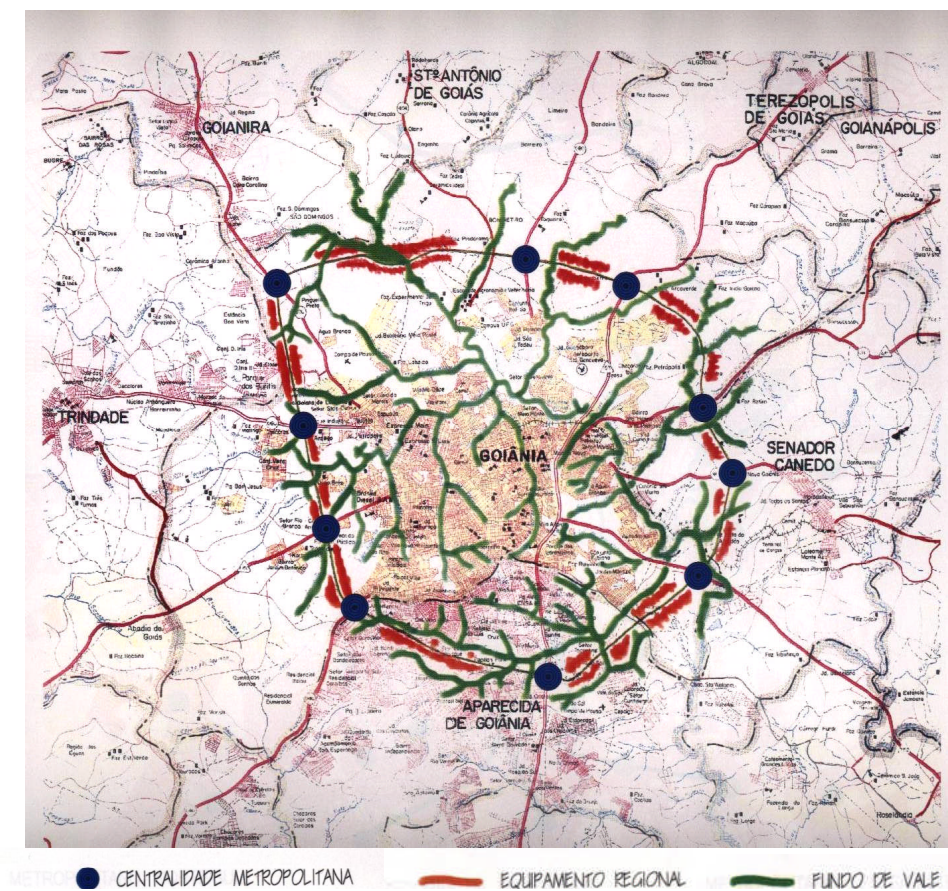
Há neste sentido, uma justaposição de imagens no tecido urbano, pois é o imaginário associado a um modelo, nesse caso de urbanização, que dá essa possibilidade ligação, segundo o primeiro plano de desenvolvimento de Goiânia as áreas verdes que Atilio Corrêa Lima (1937, p. 8) destinou à cidade correspondiam a 14% de toda a área urbanizada, estabelecendo uma relação entre área verde por habitante, 308 habitantes por hectare. Porém o urbanista previu a expansão de loteamentos na margem direta do Córrego Botafogo. Como se pode perceber na imagem do Projeto Urbano do Metrô de Goiânia para intervenção (ver figuras 1 e 2), as proporções imaginárias de Lima foram bastante ampliadas no que se refere a idéia de desenvolvimento sustentável de Goiânia.

Na figura 1 temos a imagem de apenas manchas de áreas verdes que foram preservadas, são os parques municipais urbanos fragmentados no espaço urbano, enquanto que na figura 2 um projeto imaginário para o futuro que resgata o plano urbanístico original de Goiânia. Com 50 metros de preservação de cada lado das margens dos cursos d'água e 100 metros de proteção para as nascentes, formando assim a malha verde urbana e o cinturão verde.

Figura 1: imagem do município de Goiânia obtida via satélite em 2007, acessada pelo programa Google Earth®



Figura 2: Projeto Urbano do Metrô de Goiânia



Neste sentido, o Projeto Urbano do Metrô de Goiânia tenta reconstruir um planejamento/ imagem que já estava previsto no plano Original de Goiânia, mas que

não foi concretizado por vários fatores, dentre eles a apropriação dos espaços destinados a preservação que eram áreas públicas e foram invadidas por particulares que segundo os estudos de Daher (2003, p.250) entre 1945 a 1964 chega a mais de 30% o índice de invasão das áreas públicas.

Para Atílio Corrêa Lima (1937, p.10) no caso em que a expansão se fizesse desordenadamente, sem o rigor aconselhável em tais casos, a relação de 25% dificilmente seria prejudicada, estando às zonas verdes já demarcadas, no caso, todas as matas ciliares e de fundo de vale. Será inevitável em breve a especulação desenfreada, em torno da venda de terras. Logo que a cidade comece a dar foros de progresso, aquela se fará sentir com todas as suas nefastas conseqüências; muito contribuirão para isso as mudanças de governo. É preciso, portanto, que desde já fiquem estabelecidas as reservas. Embora só muito mais tarde possa a administração transformar essas matas em parques, nem por isso poderá dispor delas para outros fins que não os previstos. (LIMA, 1937, p. 144).

Ainda para Atílio Corrêa Lima (Op. Cit p. 146) a nova capital de Goiás desenvolveu o tema das áreas livres e do sistema de parques, dentro do critério moderno que manda prover as cidades de áreas livres plantadas a fim de permitir que o ambiente seja beneficiado por essas reservas de oxigênio, procuramos proporcionar à cidade o máximo que nos foi possível de espaços livres. (LIMA, 1937, p. 146).

Assim esse simbolismo estará presente também no traçado da nova capital de Goiás, refletindo no ideal estético de Atílio Corrêa Lima, dos desejos políticos do interventor Pedro Ludovico e contradições na construção do moderno no sertão. No entanto, os fundos de vales e matas ciliares não foram preservadas como era garantido no Plano original de Goiânia, mas os parques urbanos vêm cumprindo o papel imaginário de cidade sustentável.

Ebenezer Howard (1850-1928) para Choay (2003, p.325) foi ele o criador das cidades jardins. "As imensas populações dessas grandes cidades estão completamente frustradas de todas as agradáveis influências da natureza. A cidade jardim inglesa, a idéia de cidade jardim, na verdade não existem, como se afirma constantemente, só há duas possibilidades a vida na cidade e a vida no campo. Há uma terceira solução na qual todas as vantagens de vida mais ativa na cidade e toda beleza e as delicias do campo podem estar combinadas de modo perfeitos".

Para ele a cidade e o campo podem ser considerados com certo nível de atração, mas há vantagens nas duas opções e nem o imã cidade nem o imã campo realizam completamente o ideal de uma vida verdadeiramente conforme a natureza – os dois imãs têm de tornar-se um só que propõe a cidade campo que é uma cidade fechada em seu modelo original.

Neste sentido esta proposta possui em sua concepção integrada a concepção socialista, isso justifica que seu espaço seja tanto o rural quanto o urbanizado. A sua base de organização é o controle e o planejamento. Assim o proprietário da cidade é o próprio cidadão (população).

Em Choay (1979, p.325) citando Vitor Hugo (1802-1885) A cidade é um livro, para ele a oposição entre livro de pedra e livro de papel. O livro de pedra tão sólido, tão durável ia ceder lugar ao livro de papel, ainda mais sólido e mais durável... Ele queria dizer: a imprensa matará a arquitetura. Ainda para Choay. p. 324(op.cit) “desde a origem do mundo até o século XV da era cristã inclusive, a arquitetura é o grande livro da humanidade, a expressão principal do homem em seus diversos estados de desenvolvimento, seja como força, seja como inteligência.”

Neste sentido, a partir dos livros as tradições tinham dado a luz símbolos, sob os quais desapareceram todos os símbolos arquitetônicos, nos quais a humanidade tinha fé, como o tronco da árvore sob a folhagem, os costumes, a arte, as relações, o lugar criam e recriam o imaginário que, por sua vez, estabelece uma relação entre o real e o imaginado. Através de uma simples imagem urbana percebida com olhos atentos e emoção, encontram-se fragmentos da fisionomia de uma cidade.

Nas concepções sobre a cidade coexiste um imaginário, entendido como “o conjunto das imagens e das relações de imagens que constituem o capital pensado do Homo sapiens”, o qual dá forma às expectativas e as visões sobre a vida social. O imaginário também compreendido como imaginação produtiva ou criadora, sistemas de significações, significados, significantes criados por cada sociedade no fazer da história. (CASTORÍADIS apud MACHADO, 2001, p. 213) O imaginário vem a ser então um conjunto de representações mentais que surgem da imagem real proporcionando definições que se constituem e reconstituem durante a vida dos grupos sociais.

A ilusão urbanística em Lefebvre (2004 p. 140) parece inerente aos projetos e ambições dos que se pretendem e se dizem homens do Estado,

prepostos grandes ou pequenos, dirigentes políticos. Ele pretende abraçar, abarcar possuir uma totalidade nova. Para ele o urbanismo se define como sendo a atividade que traça a ordenação dos estabelecimentos humanos no território com traços de pedra, de cimento ou de metal.

Para ele existem diversos urbanismos, o dos humanistas, o dos promotores imobiliários, o do Estado e dos tecnocratas. Os primeiros propõem utopias abstratas; os segundos vendem urbanismos, ou seja, felicidade, “estilo de vida”, “status” ; quanto aos últimos, sua atividade, assim como a do Estado, dissocia-se em vontade e representação em instituições e ideologias.

Neste sentido acredita-se ser possível analisar o imaginário em diferentes escalas de abrangência, sempre representando um conjunto de signos que passam muitas vezes de geração para geração, no entanto tem-se em Durand (1998 p. 115) que a mudança profunda do imaginário de uma época é de cento e cinquenta anos, ele argumenta que esse período cobre três ou quatro gerações, considerando ainda o tempo da institucionalização pedagógica, que permite ao imaginário familiar se transformar num imaginário mais coletivo e invadir a sociedade ambiental global.

Durante toda história da humanidade os signos, sejam eles materiais ou imateriais vêm provocando reações que determinam o modo de vida da coletividade. Em contrapartida estes signos são criação do próprio homem e o imaginário, na maioria das vezes, foge dos propósitos dessa criação.

O exemplo, quando se adota repentinamente um símbolo cultural, não se sabe que dimensão isso irá chegar ao imaginário de uma cidade. Se esse símbolo será aceito ou repudiado ou se transcendera as fronteiras locais. Compreender estes signos é compreender a cidade como expressão de uma cultura, permeada de contrastes sociais e contradições entre o passado e o presente.

O espaço urbano é a segunda natureza do homem criada por ele como espaço de sobrevivência. É da natureza do homem criar símbolos que tornem o espaço um lugar identificável e que ofereça o sentido de localização espacial e temporal. A cidade muda com o tempo, assim como mudam as pessoas e a forma de relacionamento entre si e com o espaço, mas ainda assim, ficam em cada paisagem os símbolos que expressam a identidade do lugar. As imagens e mesmo os mitos que conformam o imaginário sobre o território, têm um sentido específico e se constituem em importantes sistemas de referências que unem os grupos sociais e se projetam no espaço. Enquanto a luz do sol representa rotina, cotidiano habitado,

a luz do luar representa lazer, encontro, descontração... e o imaginário se consolida com esses sentimentos e emoções que tomam forma mesmo diante do silêncio da imagem.

Na cidade moderna tudo é imagem, signo, pois as imagens passaram a constituir elas próprias a realidade. Neste mundo de personagens e cenários, tudo é *imagerie*. Tem a consistência de mito e imagem. A cultura contemporânea é de segunda geração, onde a história, a experiência e os anseios de cada um são moldados pela literatura, os quadrinhos, o cinema e a tv. Vidas em segundo grau. Todas estas histórias já foram vividas, todos estes lugares visitados. (PEIXOTO, 1988, p. 362).

As imagens como principal inseminador, criadora de imaginários utilizada pelo mercado imobiliário, podem assumir ainda um aspecto alienante quando passam a idéia de neutralidade ou de consenso como aparece nas idéias de Konder (1994, p. 70) que nos alerta quanto a desconfiarmos da imagem, pois elas são propagadas por um segmento, mostrando uma visão unilateral, podendo nos impedir de ver além da realidade complexa. “vale a pena desconfiarmos da imagem, que, em sua unilateralidade, pode nos impedir de enxergar aspectos mais complexos e mais sutis da vida urbana.” (KONDER, 1994, p. 75 e 76).

Logo, ao partir ao encontro dessa imagem banalizada foram perdidas as imagens de uma cidade construída da superposição de imagens, ditas gerais e singulares, objetivas e subjetivas, quer dizer, de imagens percebidas e imaginadas. Além das imagens que se mostram ao primeiro instante ou definem o perfil de uma cidade, captadas pelo olhar, há as que nascem de nós mesmos, do nosso devaneio com o lugar vivido e que alimentam aquelas primeiras.

A imagem urbana cumpre a tarefa funcional de demarcar e assinalar o espaço, seus roteiros, lugares e geografia. Desse modo ela é pontual e traça o percurso da cidade com marcas descontínuas. As imagens são acontecimentos objetivos que, segundo Bachelard (Op.Cit, p.325), provocam a imaginação, não sendo vista, portanto, como uma simples faculdade de representação. A imagem é um desafio, uma provocação, um convite que vai além da simples aparência captada pela visão. A imagem urbana é o resgate físico e visual de marcas memoráveis da cidade que, através dela, escreve a sua história documental de episódios, datas, estéticas e personagens. Na realidade, a imagem é uma reconstrução simbólica da história documental de uma cidade. Se o imaginário supõe uma associação de

fragmentos que, montados, constroem um retrato metafórico da cidade, a imagem é o retrato de um imaginário. “Imaginários distintos porque, no primeiro caso, a cidade é um estímulo para a associação imaginária, no segundo, ela constrói concretamente, solidifica um imaginário.”

Para Durand, (1998 p. 117) o período em que estamos vivendo em relação à imagem que ele chamou de “civilização da imagem” que permitiu descobrir os poderes da imagem há tanto tempo recalcados, aprofundou as definições, os mecanismos de formação, as deformações e as elipses da imagem. Assim ele alerta para os “efeitos perversos” do uso das imagens, pois elas impõem seu sentido a um espectador passivo. A imagem “enlatada” anestesia aos poucos a criatividade individual da imaginação, ela paralisa qualquer julgamento de valor por parte do consumidor passivo, já que o valor depende de uma escolha, o espectador então será orientado pelas atitudes coletivas da propaganda. “A imagem é concretamente construída; o imaginário é estimulado ou desencadeado pelas características urbanas” (*mimeo*).

1.4 IMAGINÁRIO E NATUREZA

Para Maffesoli (2005 p. 258) “A conjunção do natural e do social corre o risco de ser um dos sinais distintivos da pós-modernidade”. Para ele está havendo uma ecologização do mundo social, pois a natureza não é mais considerada como um objeto a explorar, mas inscreve-se, cada vez mais num processo de parceria em que pela nova cultura há um processo em curso de re-ligação à natureza. Basta observar às imagens e as paisagens vinculadas à mídia por um lado e por outro a importância que vem assumindo temas como o espaço, o território, a urbanidade, o localismo nos debates contemporâneos formando assim um tipo de imaginário coletivo da natureza. A natureza nos ensina a trabalhar com elementos diversos que se adaptam de acordo com cada lugar e suas respectivas características geográficas (clima, hidrografia, geomorfologia, ecossistemas, meio ambiente). Dessa maneira percebemos que as modificações da paisagem estão diretamente relacionadas com sua localização, caracterizando-se assim uma impressionante adequação da natureza ao longo de milhões de anos e que, devido às condições de cada região, reagem de maneiras diferentes às ações antrópicas.

Os jardins suspensos da Babilônia foram construídos no reinado de Nabucodonosor II, considerados uma das sete maravilhas do mundo antigo, marca no inconsciente coletivo uma ligação imaginária da natureza desde a antiguidade. Neste sentido, o homem tem buscado em seus projetos a produção de lugares maravilhosos, espetaculares, ou seja, o paraíso, sua sintonia com a natureza desde os primórdios da organização social.

Para Pires (2008, p.141) Goiânia foi concebida como tipo urbano de Cidade Jardim de Howard³, e caminha para o mesmo fim dos jardins suspensos da Babilônia (..) pelo próprio modelo urbanístico e a escolha do sítio original onde estabeleceu a cidade dos goianienses. Os recursos naturais – água limpa, ar puro, ilhas de frescor, estética e plástica esverdeadas da paisagem, espelhos d'água dos mananciais, tranquilidade, sossego etc, proporcionam benefícios que melhoram a qualidade de vida urbana. No entanto por várias razões, (...) estes benefícios são apropriados por uma elite privilegiada. Para a maioria desprivilegiada, são socializados apenas os aspectos negativos da urbanização – poluição, paisagem impactante do concreto e do asfalto, ilhas de calor, intranquilidade, insegurança e agitação. No entanto, para Daher (2003 p. 118) Goiânia foi concebida pelo modelo Francês, também chamado de racionalista, o qual pressupõe que a cidade deveria ser racional. Um espaço capaz de, por um lado, satisfazer as necessidades de uma sociedade industrial de distribuição e consumo e por outro, promover a higiene, a beleza e o conforto, que tinha no traçado urbano radiocêntrico com grandes avenidas e vias de comunicações orientadas para norte-sul e leste-oeste, como garantia destas necessidades.

Para Choey (1979, p. 320) seus principais representantes são: Georges Benoit-Lévy, Walter Gropius e Charles-Édouard Jeanneret (Chamado Lê Corbusier). Para este último, a densidade urbana era inevitável e via nos parques urbanos e áreas verdes a saída para a obtenção de ar e luz em as habitações verticais estariam com janelas voltadas para estas áreas cobertas de relvas, áreas reservadas a jogos e a plantações, “a natureza é de novo levada em consideração. A cidade, ao invés de tornar-se um pedregal impiedoso é concebida como um

³ Para Ebenezer Howard a cidade e o campo poderiam estar combinados juntos num mesmo espaço, dado a benefícios de ambos, para ele a cidade e o símbolo da sociedade e o campo o símbolo do amor da união do homem com a natureza e com Deus. Sua concepção de estava direcionada a felicidade do homem e não a satisfação do capital ao contrário a Cidade Jardim esta ligada a idéia de socialismo e comunismo a uma vida menos racional e mais orgânica, natural.

grande parque. A aglomeração urbana é tratada como cidade verde, os imóveis surgem na cidade por traz do rendado das arvores. Está assinado o pacto com a natureza.”

A natureza ao impor-se como um referencial comum de uma sociedade, cuja relação é de aproximação e afastamento, necessariamente mítica, que nos faz entrar em mundos imaginários, que se transformam numa espécie de fundo comum do imaginário coletivo. Assim podemos dizer que a valorização dos parques urbanos, através de estratégias de planejamento e marketing incorporam essas novas realidades à reprodução do capital, regidas pelas leis de propriedade privada, além de apropriar-se de espaços públicos à sua lógica, produtora e indutora de necessidades, como a concepção de lazer no espaço urbano, do tempo livre, atrelada às áreas verdes.

O produto deste processo seria a junção da idéia de consumo do lugar com a mascarada consciência ecológica, em que, sobretudo usuários, podem usufruir principalmente aqueles que dispõem de uma elevada renda, como se pode constatar na hiper-valorização imobiliária nas imediações dos Parques Urbanos como nos casos dos Parques Flamboyant e Vaca Brava. Introduzindo formas modernas de dominação e técnicas de manipulação cultural e paisagísticas, por parte do poder publico e dos agentes imobiliários, na tentativa de vender a imagem de uma cidade bem administrada e detentora de belezas naturais. Contudo, ao tentar se inserir frente às novas demandas do capital, a cidade se homogeneíza para se heterogeneizar. Nesta concepção, a natureza enquanto mercadoria se torna um diferencial para se ter, segundo os discursos mais recorrentes, uma qualidade de vida melhor.

CAPITULO II

“A realidade é feita para “fixar” nossos sonhos”

Gaston Bachelard (2001, p.148)

2. A RECRIAÇÃO DA NATUREZA E A CONTEMPLAÇÃO

A compreensão da recriação da natureza em meio urbano, passa pela ótica da paisagem urbana, do imaginário ou pela imagem que se tem da natureza. Esses aspectos podem nos possibilitar o entendimento da valorização que a mesma vem tendo nos últimos anos.

Pode-se perceber essa valorização, pelo destaque que se dá aos elementos da natureza com a criação dos parques urbanos, que tem modificado as paisagens urbanas, especialmente as cidades como Goiânia, que vem construindo sua imagem de cidade com o maior IAV (índice de área verde por habitante, que hoje é de 94m²/hab). Possui o título de cidade de porte grande (acima de oitocentos mil habitantes) com a melhor qualidade de vida.

A apreensão da natureza está ligada a diversas esferas da realidade como o desenvolvimento das diversas ciências como a biologia, meteorologia, geologia, botânica, e as praticas culturais como o cultivo de plantas ornamentais, a agricultura, a pecuária, o extrativismo, mas principalmente a arte, que ao longo de sua própria história e evolução, as imagens são formadas por todas estas esferas e vão compor ou contribuir para a formação da paisagem que marca as várias fases da nossa concepção da natureza. São as imagens da paisagem, de seus homens e de sua cultura, sobrecarregadas pelos investimentos figurativos de capas imaginárias de muitas gerações que ele sintetiza em suas paisagens imaginárias.

Para Anne Cauquelin (2007) não temos acesso direto à natureza, pois aquilo que vimos da natureza é apenas uma janela, um ângulo pelo qual construímos nossa idéia de natureza e assim como a própria natureza é constantemente construída e reconstruída, pelos novos conhecimentos, descobertas, outros planetas, novas imagens naturais e virtuais, enfim tudo isso vai compondo nosso imaginário e assim vamos recompondo nossa percepção da natureza.

A paisagem é um modo de representação da natureza, construída no tempo e no espaço como resultante de relações sociais; é uma imagem cultural do espaço geográfico. Como símbolo espacial de um imaginário, a paisagem aponta para um *sentido*, mais que ao entorno. A paisagem é muito mais que o simples espaço exterior ao homem. Desde o Renascimento, foi entendida como criação racionalmente ordenada, ligada a uma maneira de harmonizar o mundo. Mais que um território que a natureza apresenta ao observador, é produto de uma maneira de ver o espaço externo, um cenário que supõe um espectador, um olhar particular sobre o mundo externo.

Em suma, a paisagem é um relato, um desenho, uma representação. Território recortado por uma “janela”, apreciado desde um ponto de vista singular, freqüentemente esse ponto de vista é artístico, envolvendo uma série de técnicas particulares desenvolvidas para representá-lo e transformá-lo em imagem cultural pela atribuição de um significado. (FIGOLI, 2004, p.45).

A paisagem é um objeto vivo, um espaço dinâmico, que integra o corpo social e que faz parte da sua cultura, por isso, não pode ser descontextualizada, dependendo sempre do seu poder de sobrevivência. A paisagem, enquanto objeto consciencializado, não pode ser considerada e muito menos interpretada como um processo à parte e distinto da apropriação útil e da relação vivencial que sustenta a vida do sujeito.

Um parque urbano proporciona a apropriação mais completa de uma paisagem que se nos oferece alcançar pela fruição direta e plena que inspira a idéia para além da simples visão. Aquilo que na obra é autenticidade, na paisagem é naturalidade alcançada pela idéia arquitetônica. Como toda a obra de arte, as paisagens e, em particular, os parques urbanos preservam o sentido do Eu.

Até o século XVIII, os parques eram obras emblemáticas da aristocracia. Em Thomas (1996, p. 241) Os parques de servos e as florestas reais produziram uma razão adicional e mais duradoura para a conservação de árvores, notadamente a crença de que a mata acrescentava beleza e dignidade ao cenário. E ele cita o jurista florestal Manwood: “as árvores eram plantadas em benefício da graça e da beleza das mesmas [...], pois a própria vista ou contemplação do belo verde e das grandiosas árvores, não é menos agradável e encantadora aos olhos de um príncipe que a visão dos animais selvagens da floresta de caça”. No século XIX, surgem os parques urbanos como elemento de excelência da cidade burguesa, contudo, neste

período o príncipe Pückler concebia os seus parques particulares como espaços de liberdade abertos a todas as pessoas independentemente do seu estatuto social. A essência dos parques e, porventura, da própria paisagem como idéia do mundo é ser um espaço de acolhimento do Homem na sua condição singular e individual. No entanto desde o século XVIII a manipulação da paisagem natural em meio urbano aparece como forma de diferenciação social e ostentação.

Não há contradição entre o parque e a cidade. São partes que se complementam, mas as imagens que são inseminadas, a partir de ícones de natureza, possuem uma escala muito maior que a realidade escondendo todas as conseqüências da sustentabilidade dos mesmos, já que a verticalização em seus entornos podem comprometer suas nascentes. Neste caso, o desenvolvimento é contra o terreno, pode-se a partir daí ser revelada uma contradição, ou seja, aquilo que era para preservar acabou por deformar o terreno. Prova disto são as compensações ambientais dos defeitos e abusos urbanísticos. E os consorciamentos preventivos das possíveis conseqüências de edificações entorno de nascentes, como é o caso dos parques em estudo.

2.1 A EVOLUÇÃO DA PAISAGEM E A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA

A discussão sobre a paisagem perpassa por várias dimensões, sociais, culturais, física, econômica, natural, simbólica, as quais, no ambiente urbano, coexistem não podendo separá-las, pois estão imbricadas de todos estes aspectos na sua própria formação. Ela é operada pela conjunção homem-natureza. Essa condição da paisagem a torna uma apreensão dinâmica em que hora é real, hora imaginária, inventada, simbolizada, sacralizada, irreal, racionalizada. Atualmente, a busca pelas paisagens edênicas, ou seja, paisagem do paraíso perdido do jardim do Éden, do mito original, tenta trazer de volta a harmonia entre homem e natureza como era no princípio. Neste sentido, é pela inseminação de imaginários e imagens que vão sendo construídas na própria formação das sociedades que as engendram, Holanda (2000 p. 20) nos mostra como Colombo compõem sua visão do novo mundo pela idéia que ele tem de natureza paradisíaca:

Colombo ainda tributário de velhas convenções eruditas, forjadas ou desenvolvidas por inúmeros teólogos, historiadores, poetas, viajantes, geógrafos e até cartógrafos, principalmente durante a

idade média. E convenções, por pouco que o pareçam, continuamente enlaçadas ao próprio tema do paraíso terreal. Quase se pode dizer de todas as descrições medievais do éden que são inconcebíveis sem a presença de uma extraordinária fauna mais ou menos antropomórfica (HOLANDA, 2000 p. 20).

A inserção do imaginário como forma de apreensão das paisagens, nos direciona para uma abordagem interpretativa desta que é ao mesmo tempo resultado da dinâmica da natureza e do imaginário humano, pelas suas necessidades, imagens e cultura, a considerar inseminação de imagens pela arte, televisão, internet, as diferentes ciências e conhecimentos que vão constituindo esta dimensão, dando sentido a relação tempo e espaço ao longo da história.

Para Cauquelin (2007, p. 12) a paisagem e sua realidade percebida são justamente uma invenção, um objeto cultural patenteado, cuja função própria é reassegurar permanentemente os quadros da percepção do tempo e do espaço, é, na atualidade, fortemente evocada e preside a todas as tentativas de “repensar” o planeta como eco-sistema.

Ela nos apresenta a face frágil da paisagem que ao ser inventada depende de crenças, está submetida a convenções científicas, pictóricas e literárias, tendo como exemplo a arte que cria e recria, compõem e decompõem, revelando uma dinâmica complexa da relação imagem, paisagem e natureza, condicionando a visão que formamos do real, de nossas percepções.

2.2 OS SENTIDOS E A SIMBOLIZAÇÃO

A relação de nossos sentidos com a simbolização é intrínseca, pois e apenas pelas representações e simbolizações que podemos dar sentido ao nosso exterior. Onde o símbolo se caracteriza por sua ambigüidade e pela infinidade de seus significados, por isso são analisados dentro de estruturas que são organizadas pela cultura. Temos, por exemplo, o conceito de trajeto antropológico – uma maneira que cada cultura usa para organizar sua sensibilidade (pulsões subjetivas) e o meio em que vive (físico, social, e histórico).

Essas relações são organizadas em dois regimes: o diurno e o noturno – o primeiro ligado aos símbolos de verticalidade, separação, ascensão, elevação, visão, nas quais prevalecem as intenções de distinção e análise. O segundo vai se empenhar em harmonizar, correspondem à mítica e a sintética, trata da descida em

busca do conhecimento de uma vontade de união, busca a quietude e o gozo. Para tanto se utiliza da inversão. Assim estão presentes nos Parques tanto as imagens diurnas quanto noturnas.

Para Cauquelin (2007 p. 149) a cidade participa da própria forma perspectivista que produziu a paisagem. Ela é por sua origem, natureza em forma de paisagem. Recompomos os elementos de sua própria gênese e transformamos cada sensação, visual, auditiva, tátil ou olfativa, em tantos outros elementos de uma paisagem idealizada. Emolduramos, fazemos da cidade paisagem pela janela que interpomos entre sua forma e nós.

A imagem de natureza é indescritivelmente complexa, traçar todos os fatos e fenômenos que engendram uma mudança de concepção de natureza necessitaria de um árduo trabalho histórico. Importante frisar que a percepção de natureza predominante na sociedade industrial, científica e capitalista determinou sua relação com a natureza.

A percepção possui as seguintes características: é o conhecimento sensorial de totalidades e que são dotadas de sentido; é uma vivência corporal; demonstra a relação do sujeito com o exterior; através do seu conhecimento podemos delimitar qualidades para o mundo; envolve nossa história pessoal; é uma conduta vital, uma comunicação; é uma interpretação de coisas e objetos que nos rodeiam; envolve valores sociais; nossa vida social. Assim, os significados e os valores das coisas percebidas decorrem de nossa sociedade e do modo como nela as coisas e as pessoas recebem sentido, valor ou função.

Enfim, o estudo da percepção pode revelar as idéias ou imagens e as impressões que grupos possuem sobre algo, considerando que possuímos necessidades, valores, interesses e expectativas. É com esse entendimento sobre percepção que, com um amplo estudo bibliográfico, está sendo possível delimitar as principais percepções ou imagens de parques urbanos (áreas protegidas no meio urbano), assumidas na instituição dos Parques Vaca Brava e Flamboyant.

CAPITULO III

“Não nos separamos daquilo que construímos”

Eli Brasiliense

3. A REPRODUÇÃO DA NATUREZA - UM FETICHE PARQUE VACA BRAVA E FLAMBOYANT

Hoje Goiânia possui cerca de 110 áreas de proteção ambiental, das quais 08 possuem infra-estrutura de esporte e lazer, ou seja, foram transformadas em Parques Municipais. Para se ter idéia da dimensão tomada pelos Parques em geral e especificamente aos Urbanos Municipais e a valorização da idéia de “desenvolvimento sustentável” podemos recorrer à nova Lei Complementar nº 171 de 29 de maio de 2007 que trata do Plano Diretor Participativo de Goiânia – em seu anexo VII – Índices Urbanísticos dos Equipamentos Comunitários – Parques de Bairros e da Cidade, ambos recomendam que sejam instalados em áreas de fácil acesso e que preferencialmente em áreas contíguas aos corpos d’água, com índice de uma unidade para cada 20.000 hab. E área mínima de 20.000m (grifo nosso).

Após longo período de separação entre homem e natureza, devido ao período de racionalização e dominação da natureza, hegemônico na idade moderna, ela aparece, quase que de forma plástica, recorrendo ao imaginário com sua capacidade imagética na paisagem dos Parques Urbanos cercados por arranha céus, como no caso de Goiânia os Parques Vaca Brava, Flamboyant.

A escolha dos Parques em estudo se dá pela semelhança não só em seus processos de institucionalização como também de ocupação e valorização imobiliária em torno dos mesmos, do rápido desenvolvimento imobiliário vertical após institucionalização destes parques. O Parque Flamboyant Lourival Louza possui hoje, cerca de 06 torres (edifícios) que variam de 15 a 34 pavimentos, e atualmente possui em construção e ou no projeto para execução cerca de mais 20. Já o Parque Vaca Brava possui nos seus entornos cerca de 20 torres com média de 18 pavimentos e estão em construção mais 4 torres com média de 30 pavimentos cada.

É pela visão poética do espaço, acreditamos que a valorização dos parques ganham maior consistência na explicação. Temos em Legros (2007 p.88) que:

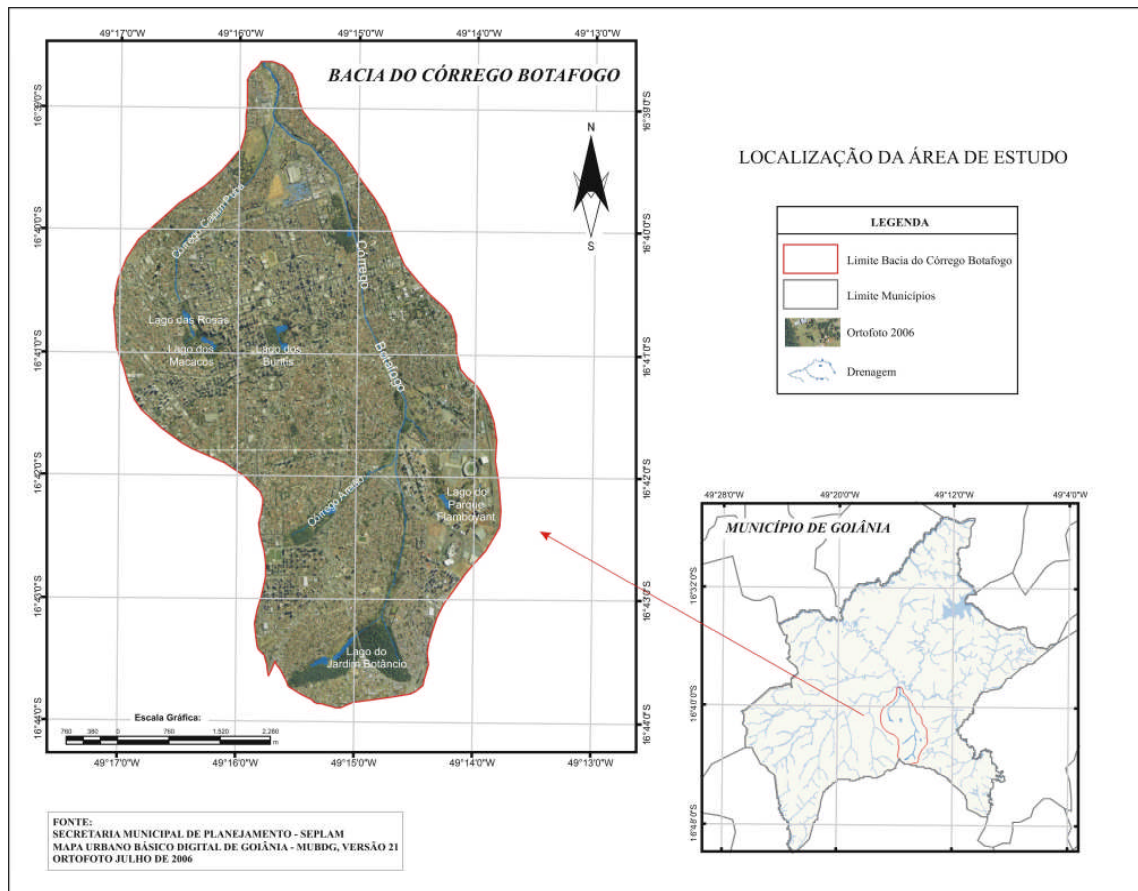
A aliança do fantástico e do maravilhoso resulta de uma relação efetiva e primordial entre os espaços e os homens; ela incita a distinguir, imaginariamente os lugares reais a partir de seus prolongamentos oníricos. O imaginário vai nascer das variações perceptíveis e sensíveis que uma experiência concreta e irreduzível, mas bastante geral. (LEGROS, 2007 P. 88)

Estes empreendimentos promovem a imagem dos parques como espaços maravilhosos de ligação com a natureza e suas divindades, metaforizando e fetichizando o lugar, como espaços que promovem a qualidade de vida, pelo ar puro, água cristalina das nascentes, paisagens esverdejantes das arvores e coloridas das flores, enfim transformam cada elemento em um valor, uma mercadoria.

As imagens trabalhadas dos Parques são colocadas como extensão das habitações. Neste sentido são os espaços verdes dos apartamentos que servem tanto de paisagem como área de lazer. Pode-se dizer que o mercado imobiliário tem percebido nos parques urbanos um acréscimo, na forma de valor agregado, aos seus empreendimentos, que pela velocidade de verticalização em torno dos parques em estudo, acredita-se que estão reproduzindo este espaço em série por todas as áreas nobres da cidade, onde há nascentes. Acredita-se como hipótese ser a instituição desse modelo de ocupação dos espaços em torno dos Parques como uma tendência em Goiânia, pois anteriormente passaram pela mesma forma de ocupação o Bosque dos Buritis e o Parque Zoológico e posteriormente temos a transformação do Parque Areião, já com vários projetos de verticalização em andamento, ou seja o mercado imobiliário tem se utilizado da tendência dessa valorização para promover a densidade demográfica em torno desses espaços.

Como isso ocorre? Porque essas áreas são tão valorizadas? Seria um novo modelo de urbanização, que podemos chamar de icônica ou é a ecologização social associada às idéias de lazer e esportes, ou é o sentimento de apropriação desses espaços públicos como extensão dos arranha-céus em seus entornos, ou ainda têm nesses espaços como paisagens a ser contempladas. Temos abaixo a bacia do Córrego Botafogo que percorre vários bairros nobres de Goiânia, esta bacia possui seis áreas verdes – Jardim botânico, Parque Areião, Parque Flamboyant, Parque Botafogo, Bosque dos Buritis, Parque Zoológico – ou seja, as principais nascentes da bacia foram transformadas em Parques e sofreram ou existem projetos de verticalização em seus entornos.

Figura 3 – Imagem ortofoto⁴ 2006 da Bacia do Córrego Botafogo e indicação de seus limites no Mapa do Município de Goiânia.



Os usos dos parques, seus elementos históricos (projetos, imagens aéreas, desenhos, mapas, relatos, documentos, memória, teses e dissertações) formam o cimento social da concepção de Parque Urbano Municipal em seu sentido histórico mais geral, e no específico, os parques em análise, Vaca Brava, Flamboyant com o objetivo de delinear a concepção e o modelo de urbanização e sua relação imaginária com a qualidade de vida que estão presentes nas cidades modernas. Faz parte destas conexões a concepção de natureza romântica ou metafórica, ou seja, no seio dessa sociedade que surge uma nova percepção de natureza, denominada natureza poética, originada na população cidadina intelectual. Essa classe passa a questionar os não benefícios sociais das alterações crescentes no mundo natural, surgindo, assim, novas relações da sociedade com a natureza.

Tais mudanças eram apenas aspectos de uma modificação mais ampla que ocorreria na sociedade industrial emergente. Faziam parte de todo um complexo

⁴ Ortofoto é uma representação fotográfica de uma região ou superfície terrestre na qual todos os elementos apresentam a mesma escala, livre de erros e deformações com a mesma validade de um plano cartográfico.

de mudanças que, em fins do século XVII, contribuíram para destronar muitas concepções estabelecidas para criar novas sensibilidades, de um tipo que foi se tornando mais e mais intenso.

Assim a relação homem/natureza vem sendo marcada cada vez mais pelo desenvolvimento das sensibilidades imaginativas, para Bachelard (2001, p. 02) vemos as coisas primeiro, imaginamo-las depois; combinamos, pela imaginação, fragmentos do real percebido, lembranças do real vivido, mas não poderíamos atingir o domínio de uma imaginação fundamentalmente criadora. Para combinar ricamente, é mister ter visto muito. Nesse cenário a ciência possuía algum domínio sobre a natureza, e a natureza que era ameaçadora passara a ser fascinante. Isso porque, vários estudos sobre fauna e flora começam a serem desvendados.

Neste sentido, podemos apreender os diferentes usos que se fazem dos Parques em estudo. Para exemplificar utilizaremos os *folders* das imobiliárias para caracterizarmos as inseminações de imagens e imaginários em torno do diferencial instituído no espaço dos Parques.

O produto deste processo seria a junção da idéia de consumo do lugar com a mascarada consciência ecológica, em que, sobretudo usuários, podem usufruir, principalmente aqueles que dispõem de uma elevada renda, como se pode constatar na hiper-valorização imobiliária nas imediações dos Parques Urbanos como nos casos dos Parques Flamboyant e Vaca Brava: Introduzindo formas modernas de dominação e técnicas de manipulação cultural e paisagísticas, por parte do poder público e dos agentes imobiliários, na tentativa de vender a imagem de uma cidade bem administrada e detentora de belezas naturais. Nesta concepção, a natureza enquanto mercadoria torna -se um diferencial de promoção de valor agregado, e segundo os discursos mais recorrentes, confere uma melhor qualidade de vida.

Um dos principais aspectos da construção e valorização destes espaços está na contemplação da paisagem, que ao longo da própria história da arte, a evolução da paisagem marca as várias fases da nossa concepção da natureza: as imagens da paisagem, de seus homens e de sua cultura, sobrecarregadas pelos investimentos figurativos de capas imaginárias, vão compondo e recompondo os elementos da natureza conforme as imagens e os valores disseminados na cultura do lugar. Exemplo disso pode ser constatado pela campanha de um empreendimento em torno do Parque Flamboyant lançado pelo próprio

empreendedor do Bairro onde está localizado o Parque: a empresa Flamboyant Urbanismo – lança o “Residencial Imperador do Parque”, onde todos os espaços são para o imperador inclusive o Parque que é “publico”. Como podemos observar nas imagens abaixo:

Figura 4 – Outdoor do empreendimento Imperador do Park



Foto retirada pela autora

Outro empreendimento - Edifício Magnific com slogan “magnífico é ter vista permanente para o mais bonito e aconchegante parque da cidade”.

Figura 5 – imagem retirada do folder da GAFISA incorporadora e construtora



Esta imagem é uma projeção de como será a paisagem do Parque Flamboyant, vista pela sacada do Edifício Magnific. Nesta imagem temos uma composição dos quatro elementos da natureza: o ar representado pelo espaço livre, a água nos lagos, a terra representada pelas árvores e as pedras, o fogo representado pelo sol. Somado a eles temos outras composições deste espaço: as torres representando o poder, os pássaros representando à liberdade e os peixes representando a vida. Segundo Bachelard é essa junção de elementos que nos atrai, nos envolve fazendo com que esse local seja um local de prazer e contemplação, assim cada pessoa vai encontrar um elemento, um ângulo que o leva a diferentes devaneios, a poética do espaço.

A paisagem é um modo de representação da natureza, construída no tempo e no espaço como resultante de relações sociais - é uma imagem cultural do espaço geográfico. Como símbolo espacial de um imaginário, a paisagem aponta para um *sentido*, mais que ao entorno. A paisagem é muito mais que o simples espaço exterior ao homem. Desde o Renascimento, foi entendida como criação racionalmente ordenada, ligada a uma maneira de harmonizar o mundo. Mais que um território que a natureza apresenta ao observador, é produto de uma maneira de ver o espaço externo - um cenário que supõe um espectador, um olhar particular sobre o mundo externo.

O morar passa pela busca das raízes da função morar, neste sentido Bachelard (1978 p.217) em sua análise do devaneio de primitividade do morar em uma cabana e os devaneios de intimidade, revela as relações de nosso interior e a materialização exterior, deixando percebermos que a imaginação aumenta os valores da realidade. Em suma, a paisagem é um relato, um desenho, uma representação. É o território recortado por uma “janela”, apreciado desde um ponto de vista singular - frequentemente esse ponto de vista é artístico, envolvendo uma série de técnicas particulares desenvolvidas para representá-lo e transformá-lo em imagem cultural pela atribuição de um significado. (FIGOLI, 2004, p.45).

Os conceitos basilares – imaginário, paisagem e urbanização – servem de suporte a compreensão, a partir de diferentes teorias, que contextualizam os Parques e os elementos que estão presentes nesta relação do habitar e o lugar, que por sua vez vai depender de cada ator social que vai empreender o espaço e o público que vai usar e ocupar este espaço. No entanto pode-se observar que a alta

valorização do lugar retira do mesmo todos aqueles que não podem pagar, formando um tipo de segregação planejada.

Assim a reconstrução da natureza, ou seja, a transformação das nascentes em parques pode ser justificada de forma multidiscursiva, cada grupo social possui uma justificativa diferente, tendo na reelaboração de desenhos dos espaços destinados aos parques, e suas justificativas, metamorfoses, utilização, valorização e representações sociais, fazendo aparecer os imaginários, a paisagem e a urbanização como resultado de toda uma dinâmica social.

O que forjará a análise da totalidade que é trabalhada por G. Durand no conceito de “trajeto antropológico” – em que a tensão entre dois pólos é responsável por qualquer dinâmica sociocultural. Envolvimento e desenvolvimento são considerados como pólos entre os quais estão incluídas as dimensões da vivência, que diz respeito a diversos campos: o político principalmente, mas também o da consciência de cada um quanto às suas responsabilidades sociais, tais como, questões éticas, morais e inclusão/exclusão social. Não se trata, pois de estabelecer mais uma dicotomia, mas de perceber estas dimensões como polaridades dinâmicas.

O símbolo principal que se desenvolveu em torno dos parques foi o de grandes espaços que poderiam aliviar os problemas da cidade e romper a situação citadina de estresse. E de fato os parques implantados na Europa e nos EUA tiveram esse papel, neste contexto eles são concebidos como grandes áreas de prazer e usurpação são pedaços do campo, com ar fresco, lagos, brincadeiras.

Além disso, os parques tinham como função principal de socialização da vida cotidiana. As pessoas poderiam caminhar, se encontrarem, se conhecerem e se relacionarem. Era também espaço de descanso que compensaria as horas de excessivo trabalho, por horas de ócio, e é nesta perspectiva que os parques poderiam também aperfeiçoar o trabalho semanal. Num primeiro momento os parques eram espaços utilizados pelas classes médias e altas, pois eram antigos jardins privados, por exemplo, os ricos Nova Iorque promoviam carreatas no Central Park de passeios a cavalo. Entretanto, ao se tornarem espaços públicos houve uma socialização maior do uso desse espaço, em que eram desenvolvidos jogos dos mais diversos.

Os parques urbanos, também, são espaços importantes para a conservação dos elementos da natureza em duas perspectivas: uma é a real, dado

que os parques funcionam, segundo diretrizes do modelo urbanista racionalista francês, como “preventivos” de danos ambientais, pois se mantém atributo natural de uma dada localidade e; outra é o potencial, uma vez que a manutenção desses elementos são importantes para amortecer ruídos, embelezar o ambiente, melhorar o microclima local quanto à umidade e insolação, ajudar no controle de erosão, melhorar a qualidade do ar, proteger mananciais e outros.

Os parques urbanos são, tão somente, uma escolha de uso do espaço urbano entre tantas outras escolhas que podem ser áreas residenciais, comerciais, industriais e outras e muitas vezes disputam espaços para acontecerem. São essas escolhas que se formam os conflitos, dado que os grupos que se reproduzem no meio urbano não compartilham de interesses e necessidades comuns. Correia (1995:10) é enfático ao lembrar que “A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas aos espaços urbanos, diversificação do uso do solo, deteriorização de certas áreas, renovação e etc.”. Tal fato ocorre em inúmeras áreas destinadas à implantação de parques, pois o espaço urbano é uma teia de usos que dependendo dos arranjos e interesses dos atores podem ser viáveis ou não. As áreas verdes nos espaços urbanos encontram dificuldades, pois os espaços livres enfrentam uma intensa pressão.

É através da confrontação de concepções e idéias, de observação quanto aos usos do espaço e do tempo e demais saberes de várias ordens específicos aos espaços estudados que se chega a aproximação da complexidade que envolve os interesses pela recriação da natureza nos espaços urbanos. A análise do imaginário não pode ser feita apenas por o que se tem de imagens, mas por estruturas potenciais que podem sofrer múltiplas variadas e formas de combinações e construções de outras imagens quanto possível for a capacidade humana de imaginar e inventar. A partir dos elementos do imaginário associado às estruturas antropológicas do imaginário proposta por Gilbert Durand podemos entender o fio por onde se inicia essa telha. A abordagem desta última inclui os métodos estruturalistas e fenomenológicos, embasado no princípio de “convergência das hermenêuticas”, visando o estabelecimento de diálogos com diferentes perspectivas teóricas e analíticas, necessárias aos estudos das complexidades culturais.

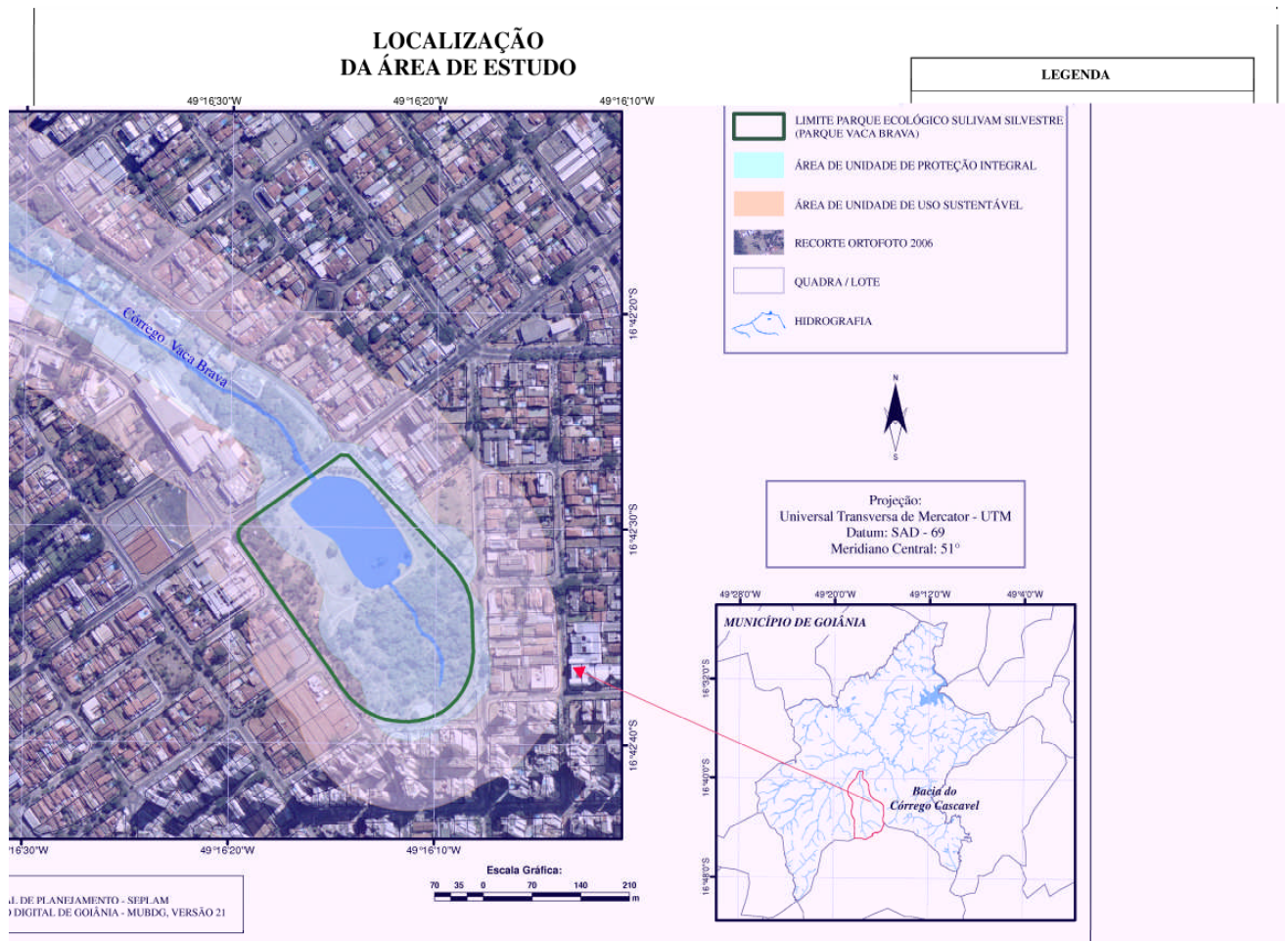
Estudamos o imaginário, portanto, no marco da “teoria geral dos sistemas”, considerando os sistemas como “ordem dinâmica de partes e processos

em mútua interação” (BERTALANFFY, 1977, p.277). As “categorias do entendimento” dependem da organização psicofísica do homem, do ambiente e do meio e da organização cultural – linguagem, lógica, saberes. O imaginário articula as “pulsões subjetivas assimiladoras” - nível psicofísico – às intimações sociais e cósmicas (DURAND, 1997). Consideramos os usos – como “recortes” em relação aos ambientes. Desse modo, estaremos indagando, como ocorre a reconstrução imaginária da natureza no espaço urbano.

3.1 PARQUE VACA BRAVA

O Parque Sullivan Silvestre – Vaca Brava situa-se no Setor Bueno e tem como vizinhos: ao norte a Vila Coimbra, a leste o Setor Marista, ao sul o Setor Bela vista e Bairro Nova Suíça e a oeste o Jardim América. Esses setores começaram a ganhar densidade a partir da década de 1980, na Lei de Zoneamento de 1992, parte de seu entorno e do Setor Marista e do Bairro Nova Suíça foram definidos como zonas para alta densidade. Com exceção da Vila Coimbra e do Jardim América são considerados bairros nobres da cidade. Abaixo temos a imagem do limite do Parque, com sombras indicando sua área de proteção integral e a área de uso sustentável.

Figura 6: Imagem em ortofoto do Parque Vaca Brava – Seplam 2006



Podemos perceber que tanto as áreas de usos sustentáveis quanto a área de proteção integral, não só no espaço do parque, mas ao longo do córrego Vaca Brava, foram urbanizadas e ocupadas, o que caracteriza um desenvolvimento contra o terreno, ou seja, os recursos naturais, aquilo que é para ser preservado é explorado ao máximo. Neste sentido as dinâmicas sociais em suas relações com o ambiente apresentam pólos contrários entre o ocupar (explorar) e o preservar.

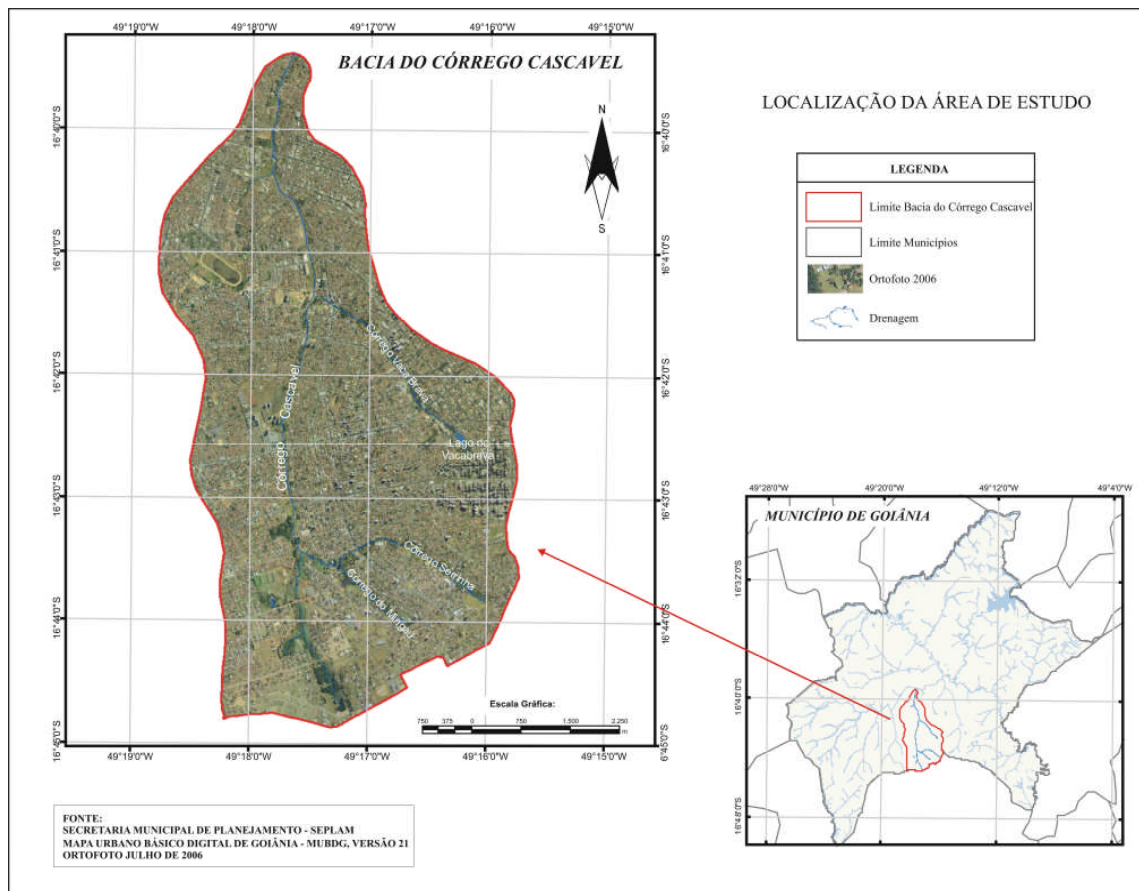
O Parque Vaca Brava localiza-se na parte sul da cidade de Goiânia em uma região nobre, entre as avenidas T-3, T-5, T-10, T-15 e T-66 no alto do Setor Bueno, divisa com o Jardim América, em frente ao Goiânia Shopping. No interior do Parque nasce o córrego com mesmo nome e possui 77.760m² (setenta e sete mil setecentos e secenta metros quadrados) ou 7,76 ha (sete vírgula setenta e seis hectares). O Parque foi inaugurado no Dia da Árvore dia 21 de setembro, do ano de 1996, as assimilações desta instituição fundante em homenagem a árvore como

arquétipo do tempo, que para Durand (2002, p.344) a iconografia imaginária da árvore apresenta uma figuração muito curiosa que, também ela, é lembrança do simbólico cíclico no seio das aspirações verticalizantes.(...) Assim o arquétipo da árvore e a sua substância, a madeira, que serve para confeccionar o poste-coluna, mas também a cruz de onde sai o fogo.

Esta inauguração foi após de onze anos do lançamento das Diretrizes para Canalização do Córrego Vaca Brava e a urbanização do entorno. Ali surgia efetivamente o projeto embrionário do Parque Sulivan Silvestre, popularizado como Parque Vaca Brava.

O restante do córrego Vaca Brava teve seu plano de recuperação de sua encosta em julho de 2005 com o plano de controle ambiental, pois este leito sofre constantes inundações no período chuvoso logo abaixo do Parque até desaguar no Córrego Cascavel próximo ao setor Coimbra. Um outro problema é a implantação de galerias pluviais canalizada para o córrego, que segundo alguns estudiosos podem aumentar os problemas deste córrego. A nascente do Córrego Vaca Brava, onde está localizado o Parque Sulivam Silvestre pertence a Bacia do Córrego Cascavel, o mesmo perpassa por bairros de classe média alta, em sua extensão temos oito áreas verdes das quais duas já foram transformadas em parques: Parque Amazônia, e Parque Vaca Brava. Como podemos ver na imagem abaixo:

Figura 7 – Imagem ortofoto 2006 da Bacia do Córrego Cascavel e indicação de seus limites no Mapa do Município de Goiânia.



A área destinada ao Parque estava prevista quando do loteamento do então Setor Bela Vista, atual Setor Bueno, conforme levantamento de Martins Júnior (2008 p. 98), acerca do parcelamento e uso do solo urbano elaborado pelo Eng. Werner Sonnemberg foi aprovado pelo Decreto nº 19 de 24 de janeiro de 1951 e inscrito sob nº 15 no livro “8-B” do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Zona de Goiânia. Por esse projeto, a área de domínio do Parque seria maior, como não foi implantado imediatamente sofreu invasões e apossamento como também perdeu espaço por grilagem⁵ e remanejamento indevidamente aprovado por autoridade temporária no órgão responsável pela aprovação de parcelamentos em 1986.

Nas palavras do Presidente da Associação de Preservação do Vaca Brava, Eng. Costa: “A área do Parque se estenderia até às imediações da T-9 junto

⁵ O termo grilagem é utilizado à ação proveniente de apossamento de terra pública ou privada mediante falsa documentação de propriedade.

ao Clube Oásis e deveria objetivar a preservação das nascentes do Córrego Vaca Brava e outros”, ou seja desde a implantação do loteamento na década de 50 já havia a destinação desta área para um parque. No entanto este bairro valorizou muito e as margens do Córrego Vaca Brava foram ocupadas por particulares e se não houvesse as invasões, ele teria uma área aproximada de 160.000 m² tendo sua área o dobro da que representa o Parque atualmente.

Hoje o Parque ocupa apenas parte da região da nascente do Córrego Vaca Brava, pois ele teve suas margens ocupadas por particulares, o que Pires (Op. Cit) chamou de “invasões milionárias” até a avenida T-09. Assim mesmo, parte de suas nascentes foram reduzidas e ocupadas por construções de edifícios de alta densidade” e até de um *Shopping Center*. Atualmente foi acrescida de uma área pública de 5.487 m², que estava nas mãos de particulares, totalizando 83.247m² de parque, que se encontra rodeado, e ao mesmo tempo, está pressionado e afetado pelos edifícios altos, isto impõe um frio cenário de fundo à paisagem do Parque, como podemos verificar nas imagens abaixo:

Figura 8 – Imagem do entorno sul do Parque Vaca Brava



Foto retirada pela autora

A paisagem pode ser apreendida como moldura-cenário, vale como as próprias molduras da vida feliz como podemos analisar nas palavras de Cauquelin (2007 p. 64):

A poesia moral é quadro sedutor, colorido com todas as virtudes do jardim. O jardim é, com efeito, a imagem do que de melhor há no homem; ao residir no jardim, o homem se torna semelhante àquilo que o circunda. A alegria e a mansidão do campo provocam a alegria interior e a mansidão de caráter.

Estas citações expressam em essência a idéia de fetichização do lugar associado à paisagem que têm nela uma ligação do lugar formando a personalidade de seus ocupantes.

Essa mesma ocupação do entorno responde pelo uso intenso do Parque, agravado pelas visitas de moradores de toda cidade e de outras localidades em função de sua condição de cartão postal. Esses competem entre si para utilizarem os espaços nas pistas de *Cooper*, nas áreas destinadas ao uso infantil e ainda a concorrência de várias dezenas de vendedores ambulantes. Desde a inauguração, já passou por reformas; até porque o Parque não foi projetado, foi construído por etapas, também sem projeto. Na última grande reforma, os projetos paisagísticos e urbanísticos realçaram a estética natural e fizeram do Parque um dos lugares, lembrados pela população. É um marco da cidade.

Seu processo de formação teve início em 1985, quando foram lançadas, pelo IPLAM (Instituto de Planejamento Municipal), as diretrizes para a canalização e urbanização do Córrego Vaca Brava, com a justificativa de que essas medidas trariam melhorias para a vida da população ribeirinha, o controle das inundações e a ocupação desordenada da área lindeira.

O Córrego Vaca Brava é um afluente do Córrego Cascavel, situado em região nobre da cidade, suas nascentes já estavam comprometidas pela rede de esgoto e erosão e nessa época já estava totalmente desmatada. Na Avenida T-09 o Córrego já havia sido canalizado e desviado para a esquerda e só retornando ao leito natural próximo a AV. T52, formando nesse ponto uma grande erosão.

O Processo de implantação e gerenciamento do Parque passa por quatro etapas distintas – a criação, implantação, manutenção, usos e promoções, sua destinação justifica-se pelo fato de tratar de uma área com inúmeras nascentes “olhos d`água” que constituem as nascentes do Córrego Vaca Brava.

1ª fase – Na sua concepção o Termo de referencia foi elaborado em 1994 pela Arq. Maria Amélia P. De Amorim que optou por algo simples que consistia em alguns caminhos internos, o lago e ampliação do calçamento externo combinado com as técnicas paisagísticas e reflorestamento essa fase foi concluída em 1996, ficando para uma próxima etapa os quiosques, lanchonetes e *play-ground*

2ª fase – Essa fase foi marcada pela implantação dos seguintes equipamentos: estação de ginástica, pista de cooper, caminhos, reflorestamento, paisagismo e conclusão do lago;

3ª fase – Foram implantados as obras de infra-estrutura composta pelos seguintes espaços: administração e segurança, sanitários, paisagismo da área voltada para Rua T15, instalação da tela de escoamento do lago;

4ª – fase – implantação das obras essenciais de apoio operacionais – ampliação dos números de bancos, bebedouros, lixeiras internas e externas, placas de sinalização, de identificações do parque e da vegetação, telefone público.

3.1.1 Medidas para a manutenção do Parque

A manutenção dos parques envolve trabalho conjunto de várias instituições – Limpeza Urbana, Agencia de Meio Ambiente, Guarda Municipal, Segurança Publica – o que envolve um custo na manutenção dos Parques, normalmente custeados pelo Fundo de meio Ambiente, que tem como principal fonte de arrecadação a Compensação Ambiental⁶. Essa manutenção passa pelas seguintes atividades de rotina:

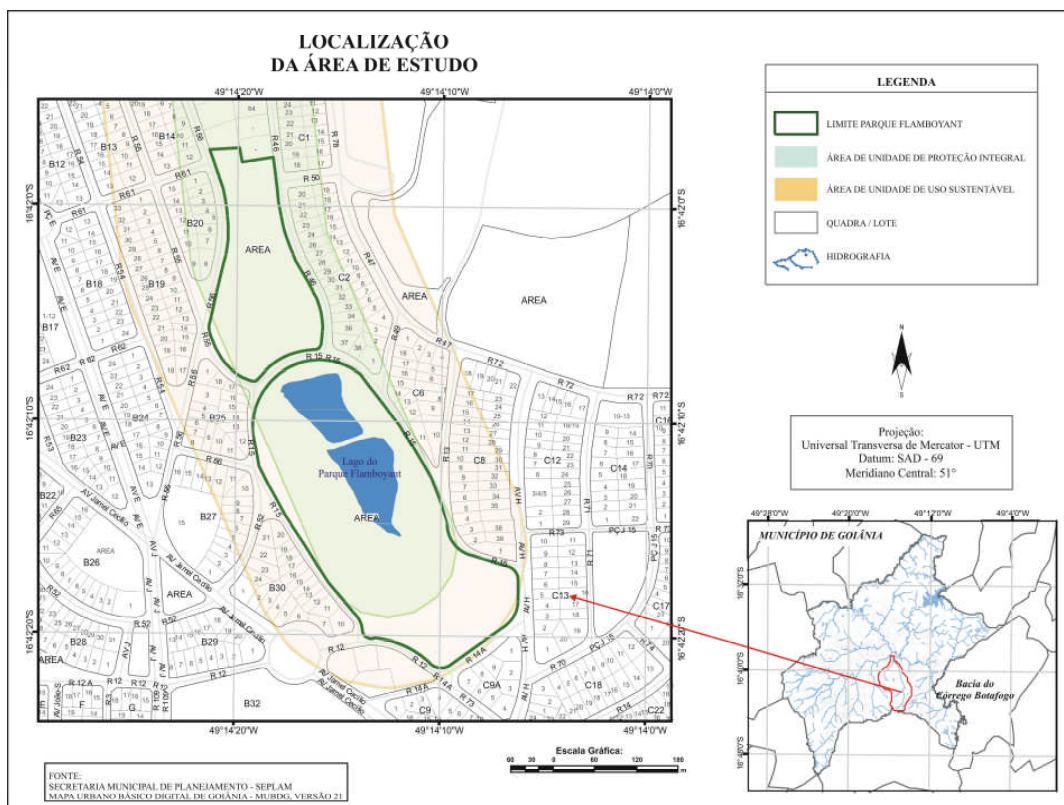
- a) Inspeção na galeria e rede de esgoto, para identificação de possíveis pontos de problemas;
- b) limpeza geral;
- c) manutenção da pista de *cooper* e dos bancos;
- d) qualificação da guarda local;
- e) limpeza da nascente e a finalização dos serviços de capina;
- f) roçagem;
- g) reflorestamento e plantio de grama;
- h) calçamento do lago e flores em torno do lago;
- i) e implantação de guarita.

⁶ É uma compensação financeira paga pelo investidor para compensar os agravos ambientais de seu empreendimento, consiste ainda em um instrumento de financiamento da preservação ambiental.

3.2 PARQUE FLAMBOYANT

A destinação de área para o Parque Flamboyant⁷, assim como o Parque Vaca Brava, já estavam prevista desde a implantação do loteamento em 1950, seguindo diretriz do plano original de Goiânia que previa espaço de 100m de diâmetro de preservação para as nascentes e 50m em cada margem, ocorre que essas áreas de preservação foram apropriadas por particulares e no caso de área do Parque ela foi doada parcialmente ao Automóvel Clube de Goiás, que depois foi retomada pelo poder publico e construído o Parque Flamboyant Lourival Louza.

Figura 9 - Imagem em mapa urbano de Goiânia (versão 21) do Parque Flamboyant – Seplam 2006



⁷ Estava Previsto um Parque Publico Municipal, ainda na implantação do Jardim Goiás, que hoje corresponde a parte do que é o Parque Flamboyant, aprovado pelo Decreto nº 18 de dezembro de 1950 e Decreto-Lei nº58/37, em 1962 o Sr. Lourival Louza e sua esposa doaram ao Automóvel Clube de Goiás áreas de terras com 87.332,00m² situada no Jardim Goiás. Em 1995, em razão do clube não ter cumprido as exigências no ato de doação, esta foi cancelada através do processo nº 950222302 da 5ª Vara Civil da Comarca de Goiânia – GO, que determinou o cancelamento da transcrição imobiliária, retornando a área de 87.332,00 m², mais tarde essa mesma área foi tombada pelo Decreto nº 158, de 24 de janeiro de 2000.

Nesta imagem podemos perceber que as áreas de sustentação e proteção do Córrego Sumidouro foram ocupadas por particulares inclusive áreas públicas que desde o plano original de Goiânia tinham como diretriz a implantação de parque linear ao longo da Bacia do Córrego Botafogo.

Figura 10 - Imagem panorâmica do Parque Flamboyant

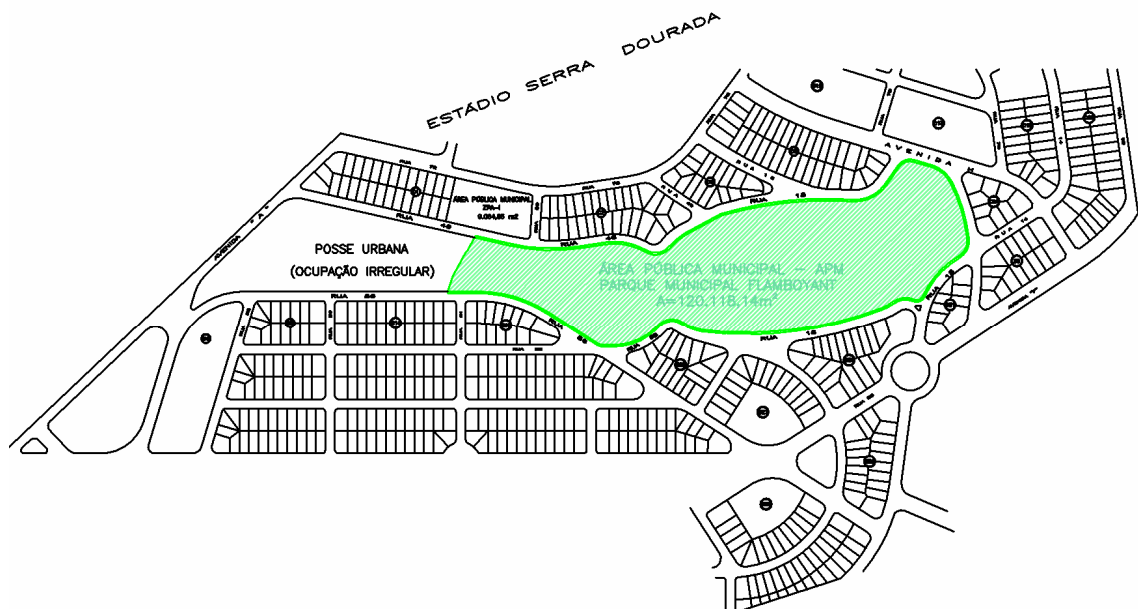


Foto de Valmir Aguiar

Podemos perceber pela imagem a urbanização da nascente, ou seja, a construção do Parque, a formação de três lagos, pistas internas e externas, arborização e jardinagem. Estão faltando os equipamentos de ginástica, de segurança, playground, quiosques, jardim japonês e pista de ciclismo. Todas estas etapas fazem parte de um tipo de parque específico que é denominado parque de recreação. Neste sentido o uso do parque compõe um estilo de vida, que está associado ao imaginário da qualidade de vida de seus usuários, e moradores das adjacências. Assim a relação com o lugar é marcada por camadas de imagens e imaginários que dão sentido e valor ao lugar, criando esse espaço poético, que esconde conflitos desde a sua fundação e destinação do lugar, que já teve outros usos como veremos abaixo.

Podemos perceber na imagem abaixo a planta do bairro onde está localizado o Parque Flamboyant e observarmos que há uma invasão logo após o parque que está em cima do Córrego Sumidouro. Esta invasão vem ocorrendo desde o período da ocupação do Jardim Goiás, que estava destinada a parque linear, portanto sendo área pública.

Figura 11 - Planta do Jardim Goiás e Parque Flamboyant Lourival Louza



Parte desta área que hoje é o Parque Flamboyant era o Automóvel Clube de Goiás que foi demolido para dar lugar ao Parque, que apesar de ter sua área, invadiu área pública, construiu sua sede e instalações administrativas em área pública denominada Parque F, segundo Relatório da Procuradoria Geral do Município, 30.979,73 m², onde hoje se localiza o Parque Flamboyant. Conclui o relatório que a totalidade de área doada ao município é de 204.705 m² denominadas espaços livres e áreas reservadas, que no memorial descritivo da aprovação do loteamento no ano de 1950, já constavam a mesma destinação e o mesmo diverge quanto ao tamanho da área original que é de 374.663 m², conclui ainda que a referida área não pode ser possuída por quem quer que seja, uma vez que se trata

de bem pertencente ao Município de Goiânia. Essa divergência ocorreu pelo fato de que a área destinada a parque abrangia toda a área de nascente e a margem do córrego Sumidouro até o córrego Bota Fogo, como podemos ver nas imagens abaixo:

Figura 12 - Imagem dos usos das águas que saem do Parque.



Foto retirada pela autora

Esta área que estava destinada ao Parque está apropriada por particulares até o córrego Botafogo onde deságua o Córrego Sumidouro com cerca de 80 famílias que fizeram suas ocupações em cima do leito do córrego.

Assim no dia 13 de março de 2006 o Município de Goiânia propôs perante o Juízo a reintegração de posse. Em seguida percebeu-se que não era reintegração de posse, mas ação civil pública para que finalmente se conseguisse a ação de desocupação da área de 87.332,00 m² por parte do Automóvel Clube de Goiás que foi considerado edificação invasão de área pública, restando para o mesmo apenas a indenização dos investimentos que, segundo avaliação ficou entorno de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil Reais). Após isso, foram demolidas suas instalações, que segundo, consta já estavam abandonada há pelo menos 10 anos. Foi aberta a

licitação para construção do Parque Municipal Flamboyant Lourival Louza. Antes, porém, constatou-se que Lourival Louza havia, através do instrumento de doação de área e transferência do direito de construir, iniciado a doação da referida área ao Município de Goiânia e publicado no diário oficial em 13 de abril de 2004. O que foi possibilitado pelo remanejamento do Jardim Goiás em 1981.

O Parque Flamboyant Lourival Louza se localiza na parte central do Jardim Goiás e depois dos anos 1970 esse loteamento aprovado em 1950 tornou-se mais urbanizado com a implantação de infra-estrutura básica e a construção de grandes equipamentos de comércio e serviços.

Apesar de contar com grandes equipamentos públicos e de exercer grande atração nas pessoas, ainda é um bairro com baixa densidade. A partir de anos 1990, se iniciaram a construção dos edifícios habitacionais, mas só nos últimos anos, nesse milênio, podemos observar que o ritmo da verticalização está se acelerando. O entorno, contudo, ainda possui grandes áreas vazias. Por enquanto o bairro vizinho Alto da Glória parece ser um grande canteiro de obras e deve ser adensado mais rapidamente que o Jardim Goiás, como podemos observar nas imagens abaixo:

Figura 13 – Imagem da verticalização intensa entorno do Parque.



Foto retirada pela autora

O Jardim Goiás é limitado pelo lado leste pela Rodovia BR-153, que liga ao sul Goiânia a São Paulo e ao norte a Anápolis e dessa cidade até Brasília pela Rodovia BR-060. Os bairros vizinhos do Jardim Goiás são em sentido horário começando ao norte, Setor Leste Universitário e a leste Jardim Novo Mundo, Park Lozandes, Chácaras Alto da Glória, Vila Alto da Glória, e ao sul: Bairro Alto da Glória, a oeste: Setor Pedro Ludovico e Setor Sul. Os Bairros além da Rodovia BR-153 são caracterizados pela ocupação de moradores de classe baixa a média, enquanto, ao norte, sul e oeste há predominância social de classes média a alta.

Figura 14 – imagem de equipamentos esportivos no Parque



Foto retirada pela autora

Os usos mais freqüentes dos parques em estudo são a prática de esportes em equipamentos como estes da imagem acima e a prática de Cooper que da a impressão de um calçadão a beira mar, e que no caso dos parques a imagem que se constrói é a de um calçadão entorno do verde da natureza, pois ali estão os elementos da natureza em composição. Para Cauquelin (2007 p.159):

Os lugares...os topis, não seriam o que são se fossem transformáveis por metáforas: os atributos morais das árvores fazem com que elas sejam escolhidas para entrar no jardim ideal; assim como a transparência da água que não pode mentir (ela se opõe à opacidade da mentira): ela é fresca, portanto inocente, ingênua, cristalina, pura. E se liga ao fogo, também ele puro, e a luz do dia – “o dia não é mais puro que o fundo do meu coração”...

A atração dos homens em relação aos elementos da natureza, fetichizados pela a ação prática e imaginária dos mesmos, neste caso a urbanização das nascentes em forma de parques, pode contribuir para uma falsa percepção da realidade, ou seja, o valor da natureza aparece apenas quando é mostrado por técnicas e destaques a esses elementos, que no caso do Parque Flamboyant o metro só foi valorizado após o início da desocupação da área para implantação do mesmo nos anos 2005/2006, podemos observar abaixo a evolução do valor do metro quadrado no entorno dos parques:

Tabela 1 Parque Flamboyant Lourival Louza e Parque Sulivam Silvestre valor do metro quadrado da terra nua pela planta de valores (para cálculo de outorga onerosa)

QUADRA / ANO	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998
134 – Pq. Vaca Brava	483,58	464,13	450,00	330,18	307,89	277,33	250,00	88,05	83,03	76,24	75,00
C-02 Pq. Flamboyant	161,19	154,71	150,00	79,24	73,89	66,56	60,00	29,35	27,67	25,41	25,00

Fonte: SEPLAM 2008, organizado pela autora.

No dia 18/08/2006 foi expedida a Ordem de serviço nº 003/2006, autorizando a empresa, Construtora Almeida Neves Ltda., a dar início às obras do Parque Flamboyant, com prazo de 120 dias para conclusão. Só foi concluída em 2007 e envolveu de forma direta mais de quarenta e cinco profissionais de diversas áreas do conhecimento, tais como: Arquitetos urbanistas, biólogos, geógrafos, engenheiros civil e florestal, zootecnistas, etc, custando aos cofres públicos R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) sem considerar os investimentos

com mobiliários urbanos como os quiosques e jardim japonês implantados recentemente.

Para Daher (p. 257 Op. Cit.) o valor dos terrenos urbanos passa pelo entendimento do DSE – divisão social do espaço que considera: o relevo, topografia do terreno, clima, os equipamentos urbanos, as diferenças sociais, culturais e raciais, beleza natural do local, e proximidade com o comércio, como também a própria história do bairro, donde se pode dizer que onde estão as classes mais abastadas estão todos estes itens. A própria concepção do projeto do bairro vai definir a que tipo de público está destinado o loteamento, formando assim um dos tipos de segregação social a espacial. Então, os bairros de melhor qualidade de urbanização são os mais valorizados, haja vista, os dados acima de valorização do metro quadrado de área limpa em torno do Parque que em dez anos 1998-2008 sofreu um aumento de 644,76% que se justifica principalmente pela urbanização que sofreu nesses últimos anos. Pode-se dizer ainda que os equipamentos de lazer cultura e esporte e áreas verdes hoje formam valor agregado ao terreno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença dos Parques Vaca Brava e Flamboyant como cartão postal da cidade de Goiânia, que foi planejada como cidade jardim e as assimilações desta concepção de cidade com parques de proteção aos cursos d'água faz parte da idealização, instituição, fundação de Goiânia, numa concepção de harmonia entre cidade/campo (natureza) em outras palavras homem e natureza. Essa relação pode esconder realidades de conflitos e desenvolvimento contra o terreno, uma vez que esses espaços livres sofrem pressões ambientais e sociais pelo uso intenso dos mesmos.

A urbanização, o imaginário e a paisagem como instrumento de análise têm nos possibilitado uma compreensão ampliada do processo de apropriação e reprodução da natureza, através dos parques urbanos, e tal forma de ocupação e urbanização das nascentes, vem se configurando em modelo de urbanização, formando ilhas de desenvolvimento imobiliário em seus entornos.

No âmbito da urbanização na concepção de Cidade Jardim que preconiza a harmonização entre campo e cidade, pela via do imaginário entendido como busca da exteriorização daquilo que é interior ao homem.

Apesar de muitos estudos sobre o imaginário eles se apresentam ainda de forma fragmentada como podemos observar neste resumo dos três conceitos imaginário, imaginário urbano e imaginário da natureza, que nortearam este trabalho:

CONCEITOS	AUTORES	CONTRIBUIÇÃO PARA O TRABALHO
IMAGINÁRIO	G. Bachelard (1978)	Fontes geradoras de imaginário são quatro elementos (ar, terra, fogo – representado pelo sol e as pedras e água) os mesmos são inspiradores de imagens e imaginários, devaneios do lugar.
	Durand (2002)	Trajeto Antropológico que vai de um pólo ao outro construindo as imagens do lugar pelas constelações convergentes.
	Castoriadis (2007)	No processo histórico de instituição da sociedade vão se construindo e

		reconstruindo imagens e imaginários que formam a base do pensamento coletivo.
IMAGINARIO URBANO	Lefebvre (2004)	“o homem só habita como poeta” para ele o homem cria seu habitat pelo seu imaginário, assim há tantos imaginários urbanos quanto correntes ideológicas.
	Carmelo (1994)	Para ele os novos parques e jardins são subtrações da natureza que o homem faz de acordo com sua cultura.
	Maricato (1996)	Os empreendedores do espaço urbano conhece os valores e anseios sociais e levam os aspectos que estão plantados no imaginário da população para manipulação do processo de urbanização.
	Howard 1850-1928)	Para ele cidade e campo podem estar combinados juntos num mesmo espaço, sua concepção estava direcionada a felicidade, o homem deveria levar uma vida mais orgânica e menos racional
IMAGINARIO DA NATUREZA	Maffesoli (2005)	A conjunção do natural e social marca a pós-modernidade.
	Couquelim (2007)	“não temos acesso direto a natureza, pois aquilo que vimos da natureza é apenas uma janela”

Associados aos parques urbanos estão presentes a idéia de ar puro, preservação da natureza que por conseqüência leva a idéia de qualidade de vida, esses elementos na modernidade são fetichizados pela inseminação de imagens e imaginários, formando paisagens a serem contempladas, buscadas e desejadas.

Os Parques estão ligados a pelo menos três estruturas imaginárias: a) o imaginário de fundação que desde a sua concepção eles são espaços criados para contemplação, lazer e preservação da nobreza, e ainda como reserva para abrigo de animais para entretenimento e prática esportiva do Príncipe de caça; b) ao imaginário originário que é a tentativa de reconstrução do paraíso perdido em que busca-se a harmonia plena entre o homem e a natureza; c) imaginário criador que é a condição do homem buscar reconstruir a natureza a partir da concepção do belo e da arte, ou seja, construir cenários naturais em meio ao urbano.

Essas imagens são apropriadas pelos empreendedores do lugar para manter e agregar valor ao espaço, dando a impressão que a presença dos parques pode dar qualidade de vida aos seus usuários, mesmo em meio ao transporte intenso, a alta densidade habitacional como são o caso dos Parques estudados.

Podemos concluir que os parques são locais de atração, dentre outras coisas são construídos para esse fim com o apoio do Urbanismo e da reconstrução da natureza e do imaginário. Podendo assim induzir a fetichização dos mesmos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO:1987.
- _____. A cidade, a montanha e a floresta. In: ABREU, M. A. (org.). **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração: 1992.
- BACHELARD, Gaston. **A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço**. Tradução de por Joaquim José Moura Ramos et. al. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)
- BARBIER, René. Pontos de vista: o que pensam outros especialistas? Sobre o imaginário. Tradução de Márcia Lippincott Ferreira da Costa e Vera de Paula. **Em Aberto**, ano 14, n. 61, jan/mar 1994.
- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1968. (Coleção Debates)
- BRAGA, L. S. As Três Categorias Peircianas e os Três Registros Lacanianos. **Cruzeiro Semiótico**, Porto, 4, 25-30.
- CARMELO, LUIS. **O jardim da voyance**. Universidade Autônoma de Lisboa. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em 20 abr. 2008.
- CASTORIADES C. **A instituição imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHEVALIER, Jean. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- CORREA, R.L. **O Espaço Urbano**. Série Princípios. Ática: São Paulo. 1995, 85p.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1996. 440p.
- DINIZ, A. Maria. Goiânia de Atilio Correia Lima (1932-1935) – Ideal estético e realidade política. Dissertação (m) UNB - Brasília. 2007.
- DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica. Perspectivas do Homem**. Tradução de Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Edições 70, 1993.
- _____. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **O imaginário**: ensaios acerca das ciências e da filosofia da imagem. Tradução Renée Eve Levié. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

FIGOLI, Leonardo H. A paisagem como dimensão simbólica do espaço. In: CICLO DE ESTUDOS SOBRE O IMAGINÁRIO, 13, 2004, Recife.

GUERREIRO, S. (org). **Antropos e psique**: o outro e sua subjetividade. São Paulo: Olho d'água, 2001.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2003.

KONDER, Leandro. Um olhar filosófico sobre a cidade. In: PECHAMAN, Robert Moses. **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

LEF. Enrique. **Saber ambiental**. Vozes: Petrópolis. Rio de Janeiro. 2001

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática. 1991.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Tradução de Sergio Martins, Ed. UFMG, 1999.

LEGROS, Patric. ET. AL. Sociologia do Imaginário. Tradução Eduardo Portanova Barros. Porto Alegre: Sulina, 2007 – (coleção imaginário cotidiano)

LIMA A.C. Goiânia, a nova capital de Goiás. **Arquitetura e Urbanismo**, p. 32-34, jan. /fev. 1937.

MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do Mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

_____. **O ritmo da vida**: variações sobre o imaginário pós-moderno. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. **No fundo das aparências**. Tradução de Bertha Halpern Guroitz. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. (mimeo)

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Danile Aarão Reis Filho (org.) Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

PIRES M. JUNIOR, Osmar. **A Verdadeira Historia do Vaca Brava e outras não menos verídicas**. Goiânia: Kelpes/UCG, 2008.

_____. **Arborização urbana e qualidade de vida**: classificação dos espaços livres e áreas verdes. Goiânia: Kelps/UCG, 2007.

_____. Educação ambiental: histórico e a atualidade. **Diário da Manhã**, Goiânia, n. 7.215, p. 6, 8 ago. 2007. Opinião

SANCHEZ, Fernanda. A (in) sustentabilidade das cidades- vitrine. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A Duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SANTANA, Paola Verri de. A mercadoria verde: a natureza. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (orgs.). **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SILVA, L. S. D. Progresso e sertão goiano: a espera. In: BOTELHO, T.R. Goiânia cidade pensada. Ed. UFG, 2002. SILVA, A. **Imaginários urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

SILVA, Márcia. Pensando o espaço simbólico. In: MELO, Jayro G. (org). **Espiral do Espaço**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2003.

SILVA, Valéria C. P. da. O Imaginário e o espaço simbólico. In: MELO, Jayro G. (org). **Espiral do Espaço**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2003.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Sobre o debate em torno das questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (orgs.) **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

TRIBUNA DO PLANALTO. Goiânia, 30 jan. 2008.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Antropologia filosófica II. Loyola, São Paulo 1992.

BIBLIOGRAFIA

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. São Paulo: Papyrus, 1994.
- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. Perspectiva, 1968. (Coleção Debates)
- CASTORIADES C. **A instituição imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHEVALIER, Jean. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- COLLOT, Michel. Pontos de vistas sobre a percepção das paisagens. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, 1990.
- DURKHEIM, Emile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: MAUSS, Marcel. **Ensaio de sociologia**. São Paulo, Perspectiva, 1999.
- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PIRES M. JUNIOR, Osma. Educação ambiental: histórico e a atualidade. **Diário da Manhã**. n. 7.215, Opinião, pág. 6, de 08 ago. 2007.
- KRAUSS, Rosalind. **Caminhos da Escultura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- GOIÂNIA. Lei Complementar nº 171, de 29 de maio de 2007. Plano Diretor de Goiânia. **Diário Oficial do Município de Goiânia**, Goiânia, n.171 , 2007.
- LIMENA, Maria M. Cavalcanti. Cidades Complexas no século XXI: ciência, técnica e arte. **São Paulo Perspectiva**, v. 15, n. 3, São Paulo July/Sept. 2001.
- MAFFESOLI, Michel. **O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- _____. **A contemplação do Mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- MELO, Jayro G. (org). **Espiral do Espaço**. São Paulo: Presidente Prudente, 2003.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SILVA, Márcia. Pensando o espaço simbólico. In: MELO, Jayro G. (org). **Espiral do Espaço**. São Paulo: Presidente Prudente, 2003.

SILVA, Valéria C. P. da. O Imaginário e o espaço simbólico. In: MELO, Jayro G. (org). **Espiral do Espaço**. São Paulo: Presidente Prudente, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980